

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO
"TEODORO VALENTIM"

ILHA DO MEL- ENCANTADAS



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

PARANAGUÁ
FEVEREIRO/ 2024

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO
"TEODORO VALENTIM"

ILHA DO MEL- ENCANTADAS



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal do Campo "Teodoro Valentim" está articulado com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica tendo como base a LDB 9394/96 e toda legislação educacional. Expressa os princípios, fundamentos e procedimentos que norteiam esta instituição. Este é o volume 01 que compõe a Proposta Pedagógica, conforme a Deliberação n.º 02/2018 – CEE e 02/2023 COMED/ Paranaguá.

PARANAGUÁ
FEVEREIRO/ 2024



1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	6
1.1 LOCALIZAÇÃO.....	6
1.2.1 Mudanças na estrutura física	7
1.3 RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA INSTITUIÇÃO.....	7
1.3.1 Nível de escolaridade	8
1.3.2 Cargos, funções e vínculo empregatício	9
1.4 CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA, CULTURAL E EDUCACIONAL DA COMUNIDADE ESCOLAR	10
1.5 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES FÍSICAS E MATERIAIS.....	11
1.5.1 Descrição do espaço físico, instalações e equipamentos resguardas as especificidades etárias dos estudantes.....	11
1.6 REGIME E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR	11
1.6.1 Quantitativo de turmas atendidas, etapas e modalidades com as suas respectivas nomenclaturas .	12
1.6.2 Critérios de distribuição de turmas anualmente	12
1.6.3 Quantitativo de crianças e/ ou estudantes por turma	12
1.6.4 Projetos próprios da Instituição e oferecidos pela mantenedora	12
1.6.5 Quadro de horários da equipe docente e hora-atividade	16
1.6.6 Plano de atividades a serem desenvolvidas nos espaços pedagógicos em áreas verdes e recreio dirigido.....	16
1.6.7 Plano de Atendimento Emergencial.....	17
1.7 CALENDÁRIO ESCOLAR.....	18
1.8 CALENDÁRIO INSTÂNCIAS COLEGIADAS - APMF E CONSELHO ESCOLAR	19
2 CONCEPÇÕES.....	19
2.1 CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE	19
2.1.1 Fundamentação teórica	19
2.1.2 Direitos Humanos	19
2.1.3 Políticas de Inclusão	20
2.2 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO	21
2.2.1 Fundamentação Teórica	21
2.2.2 Concepção de Infância e Criança	23
2.2.3 Articulação entre as ações de cuidar e educar	24
2.2.5 Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental	25
2.2.6 Transição dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental	26
2.2.7 Educação Inclusiva	27
2.2.8 Educação para as relações étnico-raciais	27
2.2.9 Concepção do Ensino Integral.....	28
2.2.10 Ações de monitoramento para a busca ativa das crianças e/ou estudantes infrequentes	28



2.2.11 Instrumentos de registros de prevenção ao abandono escolar e evasão escolar (Sistema Educacional da Rede de Proteção- SERP e Conselho Tutelar).....	29
2.3 CONCEPÇÃO DE GESTÃO.....	30
2.3.1 Fundamentação Teórica	30
2.3.2 Instrumentos de Gestão Democrática (Assembleia Escolar, Conselho Escolar, Associação de Pais, Mestres e FuncionáriosAPMF, representatividade de profissionais: conselhos, fóruns, reuniões, comissões, audiências públicas e consulta pública para diretores	31
2.3.3 Eixo de gestão de resolução de conflitos, dos recursos humanos, físicos, materiais e financeiros. 33	
2.3.4 Articulação entre a instituição, a família e a comunidade.....	34
2.3.5 Articulação entre o diretor, os pedagogos e os demais profissionais.....	35
2.3.6 Registros oficiais de ocorrências pedagógicas e interpessoais no ambiente educacional	35
2.3.7 Articulação entre a Unidade Educacional e a mantenedora	35
2.3.8 Articulação entre os profissionais da educação e crianças e/ou estudantes	35
2.3.9 Plano de conscientização e prevenção a qualquer tipo de violência a criança e ao adolescente, ao bullying e cyberbullying, de acordo com a lei 14.811/2024 que altera alguns artigos do ECA.....	36
2.4 CONCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO	39
2.4.1 Fundamentação Teórica	39
2.4.2 Plano de Ação para a Recomposição da Aprendizagem	39
2.4.3 Plano de Ação do Diretor	40
2.4.4 Plano de Ação do Pedagogo Coordenador e Orientador.....	41
2.4.5 Plano de Ação da Equipe de Apoio Administrativa.....	42
2.4.6 Plano de Ação da Equipe de Apoio Operacional.....	42
2.4.7 Plano de Ação do Conselho Escolar	42
2.4.8 Plano de Trabalho Docente	43
2.4.9 Plano de Atendimento Educacional Especializado.....	43
2.4.10 Plano de atendimento pedagógico domiciliar	45
2.5 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO.....	45
2.5.1 Fundamentação Teórica	45
2.5.2 Direitos e objetivos de Aprendizagem	46
2.5.3 Concepção de Ensino e Aprendizagem.....	47
2.5.4 Organização do tempo, do espaço e gestão em sala de aula	48
2.6 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO	49
2.6.1 Fundamentação Teórica	49
2.6.2 O processo avaliativo coerente com as concepções de infância, educação infantil e aprendizagem/desenvolvimento	51
2.6.3 Análise de avanços e dificuldades pedagógicas	52
2.6.4 Instrumentos para os registros do processo avaliativo na educação infantil: parecer descritivo, portfólios e outros.....	53



2.6.5 Avaliação Institucional.....	53
2.6.6 Recuperação paralela de estudos	54
2.6.7 Avaliação externa.....	56
.....	60
.....	60
2.6.8 Organização e efetivação dos Conselhos de Classe, pré e pós conselhos.....	61
2.7 CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA	62
2.7.1 Fundamentação Teórica	62
2.7.2 Formação continuada presencial ofertada pela mantenedora.....	63
2.7.3 Formação continuada na instituição	64
2.7.4 Formação continuada em espaços pedagógicos externos à instituição.....	64
2.7.5 Formação continuada em plataformas virtuais, institucionais e externas	65
3 MATRIZ CURRICULAR.....	65
4 PROPOSTA CURRICULAR	65
REFERÊNCIAS.....	67
ANEXOS	70



1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Município: Paranaguá código: 76017458/0001-15

Instituição: Escola Municipal do Campo "Teodoro Valentim"

Código INEP: 41141237 SAE:184000989

Endereço: Praia de "Encantadas" - Ilha do Mel

Telefone: 41 3420-2861/ 41 3426-9181

Dependência Administrativa: Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral

Entidade Mantenedora: Prefeitura de Paranaguá

Ato de autorização: Resolução nº 08/03 de 31 de janeiro de 2003, considerando a LDB nº 9394/96, as Deliberações nº 03/98, 04/99, 01/00, 03/06, 02/07 e 03/07, todas do Conselho Estadual de Educação, e o Parecer nº 3715/08 da Coordenação de Estrutura e Funcionamento.

Resolução: nº 5946/08

Ato administrativo de aprovação do Regimento Escolar nº 060/2023 em 02/08/2023.

Ato administrativo que aprova o Estatuto do Conselho Escolar nº 059/2017 em 25/07/2017.

A Escola do Campo "Teodoro Valentim" do Ensino Fundamental, oferece o curso do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental de 9 anos, nos horários das 08h às 12hmin e das 13 h às 17 h.

ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO OFERTADO POR ESTA INSTITUIÇÃO

(x) Educação do Campo

(x) Ensino Fundamental

1.1 LOCALIZAÇÃO

A Escola Municipal do Campo "Teodoro Valentim" está situada na Ilha do Mel, povoado



Encantadas, município de Paranaguá no Estado do Paraná. A localidade onde está situada a escola fica na Baía de Paranaguá, na região central da costa litorânea paranaense. A comunidade de Encantadas, na Ilha do Mel é uma área de preservação e parque ambiental administrados pelo IAT (Instituto Águas e Terra do Paraná) com 25 km de praias e sua população distribui-se em alguns vilarejos.

1.2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Escola Municipal do Campo "Teodoro Valentim" foi criada em 27 de julho de 1988 e autorizada pela resolução nº 341/90 de 02/02/1990, sob a mantenedora Prefeitura de Paranaguá/ Secretaria Municipal de Educação.

O Sr. Teodoro Valentim foi um filho de pescador, descendente do índio Carijó nascido e criado na Ilha do Mel em Encantadas. Por ser nativo de Ilha, por sua trajetória como cidadão honrado que foi, coube a ele ter seu nome escolhido dentre os moradores como Patrono desta Escola do Campo.

1.2.1 Mudanças na estrutura física

A instituição recebeu ampliação de 03 salas, 02 banheiros e uma cozinha em 21 de julho de 2002 e foi reformada em 22 de março de 2008, a partir desta data passa a funcionar em dualidade administrativa com o Colégio Estadual do Campo Felipe Valentim INEP 4150848, sob a mantenedora Secretaria de Estado da Educação do Paraná- S.E.E.D./ PR.

1.3 RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA INSTITUIÇÃO

Esta unidade de ensino está em local de difícil acesso, sendo assim regida pelas especificidades e legislação da Educação do Campo, segue abaixo tabela quantitativa de servidores prestadores de serviços para a instituição especificando a lotação na Secretaria Municipal de Educação de Paranaguá- SEMEDI ou na instituição, considerando que a Deliberação n.º 01/11 - COMED/PGUÁ e a lei complementar 182/2015 - PARANAGUÁ, prevê que professor no exercício da função de docente, desempenhará também serviços administrativos e pedagógicos:

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO
"TEODORO VALENTIM"

ILHA DO MEL- ENCANTADAS



Cargo/Função		Quantidade
Diretora de Departamento de Educação do Campo		01
Secretário Geral- SEMEDI		01
Assistente Adiministrativo- SEMEDI		01
Equipe Pedagógica		01
Docentes	Ensino Fundamental 1º à 5º ano	03
	Educação Especial	01
Outros		00
Total		08

1.3.1 Nível de escolaridade

Abaixo segue tabela referente ao nível de escolarização dos servidores da instituição:

Cargo/ Função	Nome	Superior	Especialização	
Diretora de Departamento da Educação do Campo- SEMEDI	Joice Cristina Pereira	Licenciatura	sim	
Secretário Geral- SEMEDI	Mariane Aparecida Petenusso	Licenciatura	sim	
Equipe Pedagógica	Daniele Kundy	Licenciatura	sim	
Assistente Administrativo- SEMEDI	Dircéia Batista	Licenciatura	sim	
Serviços Gerais	sem- funcionários em rotatividade cedidos pelo Colégio Estadual.	-	-	
	1º Ano	Daniele Bernardo de Oliveira	Licenciatura	não
	2º Ano	Ana Carla Shtorach Martins	Licenciatura	não
	3º Ano	Daniele Bernardo de Oliveira	Licenciatura	não
	4º Ano	Daniele Bernardo de Oliveira	Licenciatura	não
	5º Ano	Ana Carla Shtorach Martins	Licenciatura	não

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO
"TEODORO VALENTIM"

ILHA DO MEL- ENCANTADAS



Cargo/ Função	Nome	Superior	Especialização
Corregente	Claudete Araújo Gonçalves	Licenciatura	sim
Sala de Recurso SRM/ AEE	Veridiana Moscardi Xavier	Licenciatura	sim

1.3.2 Cargos, funções e vínculo empregatício

Cargo/ Função	Nome	Padrão	Hora Aula
Diretora de Departamento do Campo	Joice Cristina Pereira	SEMEDI	SEMEDI
Secretário Geral	Mariane Aparecida Petenusso	SEMEDI	SEMEDI
Equipe Pedagógica	Daniele Kundy	40h EMC TEODORO VALENTIM	-
Assistente Administrativo	Dircéia Batista	SEMEDI	SEMEDI
Serviços Gerais	sem- funcionários em rotatividade cedidos pelo Colégio Estadual.	-	-
1º Ano	Daniele Bernardo de Oliveira	20h EMC Teodoro Valentim	20h EMC Teodoro Valentim
2º Ano	Ana Carla Shtorach Martins	20h EMC Teodoro Valentim	20h EMC Teodoro Valentim
3º Ano	Daniele Bernardo de Oliveira	20h EMC Teodoro Valentim	20h EMC Teodoro Valentim
4º Ano	Daniele Bernardo de Oliveira	20h EMC Teodoro Valentim	20h EMC Teodoro Valentim
5º Ano	Ana Carla Shtorach Martins	20h EMC Teodoro Valentim	20h EMC Teodoro Valentim
Corregente	Claudete Araújo Gonçalves	20h EMC Teodoro Valentim	20h EMC Teodoro Valentim
Sala de Recurso SRM/ AEE	Veridiana Moscardi Xavier	40h EMC Teodoro Valentim	-



1.4 CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA, CULTURAL E EDUCACIONAL DA COMUNIDADE ESCOLAR

A comunidade apresenta-se em sua maioria com uma sua vida profissional informal, sendo na minoria pescadores e, prevalecendo o turismo, situada na área rural da cidade, com desenvolvimento turístico, sendo este a maior fonte de renda dos moradores.

A Escola Municipal do Campo “Teodoro Valentim ” busca, através da autonomia, da criatividade, da percepção sistêmica, da realidade e do espírito cooperativo dos educandos, promover coletivamente estratégias de aprendizagens significativas que possibilitem, aos nossos alunos, identificar novas formas de se relacionar com o mundo. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros. Temos também, o firme propósito de dar oportunidade às crianças de participar, de decidir, de tomar iniciativas, de se mobilizar em relação à comunidade, pois há muitas formas de fazer o trabalho escolar.

A Ilha do Mel é famosa por suas praias, passeios na orla marítima, pela visitação de turistas que aqui chegam para conhecer e desfrutar de sua beleza. São paisagens distintas. Para preservar o meio ambiente e evitar a degradação da ilha, não é permitido veículos automotores e de tração animal. Para muitos o charme do lugar, procurado especialmente nos feriados, vem da rusticidade e da sensação de isolamento. A iluminação elétrica antes a diesel chegou junto com a copa de 1988 por cabos submarinos. Em alguns pontos a postes de iluminação, e, é sempre uma aventura caminhar à noite com lanterna na mão por ruelas e pontezinhas onde o breu cobre o verde luminoso da vegetação durante o dia.

Nos períodos dos meses de junho e julho, os nossos alunos participam de um acontecimento cultural, denominado “Pesca da Tainha”, onde todos se reúnem na Praia do Miguel, a fim de capturar o pescado e neste momento resgatam as tradições local em um acampamento a espera da tainha, pois dela vem o sustento fora da temporada. “*A tainha tem ouvidos, ouve, escuta...*”, relata o Anthony Serafim ex- aluno da instituição, neto de pescador. Assim continua seu relato:

“Um homem fica na espia em cima do morro, quando este aparece, formando uma nuvem escura no mar, ele lança um grito ou acena com uma bandeira, e ainda chama pelo celular uma tecnologia que veio para ajudar na captura. Descem o morro seguindo em direção a praia juntando-se a outros pescadores, onde lançam a rede no mar, homens dentro de uma



canoas estendem a rede ao longo da costa deixando uma cabo, uma corda para puxar o lanço, esse é o nome dado a pescaria o trabalho de pesca. Se o cardume for grande, cerca de toneladas de tainhas são capturadas. Após o lanço, os pescadores nativos se reúnem para dividir os peixes, cada família fica com uma parte que se chama quinhão, e o restante vai para venda no comércio de Paranaguá, tainha na rede, tainha assada na brasa e dinheiro no bolso”.

Sob este olhar da realidade de nossa comunidade a escola visa inverter a lógica que se estuda para sair da Ilha, priorizamos o propósito de oportunizar formas de trabalhar e crescer dentro dela.

Buscamos através do espírito cooperativo e da combinação de pedagogias promover o crescimento de interesse da coletividade para a transformação desta comunidade, onde haja condições de viver melhor .

1.5 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES FÍSICAS E MATERIAIS

1.5.1 Descrição do espaço físico, instalações e equipamentos resguardas as especificidades etárias dos estudantes

A estrutura física é composta por 3 salas, sendo uma das salas utilizada como coordenação pedagógica e sala de recurso multifuncional, ainda em processo de autorização de abertura, 1 cozinha, 2 banheiros, 1 pátio coberto utilizado como refeitório e um pátio arborizado, onde as crianças tem a oportunidades de realizar atividades recreativas.

Nesta sala de coordenação pedagógica e sala de recurso multifuncional, contém 3 computadores, 1 impressora, materiais pedagógicos tais como livros de leitura, jogos de cálculo e resoluções, jogos silábicos e alfabéticos, blocos lógicos etc., para trabalhar jogos e brincadeiras pertinentes a faixa etária que a instituição atende.

1.6 REGIME E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR

MANHÃ	TARDE
08h00 às 12h00	13h00 às 17h00



1.6.1 Quantitativo de turmas atendidas, etapas e modalidades com as suas respectivas nomenclaturas

A Escola Municipal do Campo "Teodoro Valentim" oferece as séries iniciais (1º ao 5º ano) do Ensino Fundamental de 09 anos, com as especificidades da Educação do Campo, nos horários das 08:00 às 12:00 e 13h às 17h.

Em 2024 estamos atendendo os estudantes do 1.º ano e o 2.º ano no período vespertino, uma turma para cada seriação. Ofertamos uma turma na modalidade multisseriada de 3º e 4º ano e uma turma regular de 5.º ano, onde ambas são atendidos no período matutino.

Quantitativo - estudantes e turmas				
1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
07	07	04	04	11

1.6.2 Critérios de distribuição de turmas anualmente

Considerando que a Instituição está inserida em uma comunidade de difícil acesso, as turmas são únicas por modalidade. Os profissionais que atendem estas turmas são selecionados conforme a demanda da escola.

1.6.3 Quantitativo de crianças e/ ou estudantes por turma

Neste ano letivo de 2024 estamos atendendo 35 alunos com demanda em todas as turmas, 07 alunos matriculados no primeiro ano, 08 alunos matriculados no segundo ano, sendo multisseriado 3º e 4º ano com 7 alunos e 13 alunos no quinto ano.

1.6.4 Projetos próprios da Instituição e oferecidos pela mantenedora

No ano letivo de 2023 foram desenvolvidos os projetos ofertados pela escola relacionados abaixo e terão continuidade em 2024:

- NOME DO PROJETO: HIGIENE E SAÚDE

JUSTIFICATIVA: O projeto é uma proposta que possibilita e garante uma aprendizagem efetiva e



transformadora de atitudes e hábitos de vida.

PÚBLICO: 1º ao 5º ano

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: Anual

RESPONSÁVEL(eis) pela aplicação: Equipe pedagógica e docente.

DESENVOLVIMENTO: O projeto levará ao aluno perceber a necessidade de adquirir bons hábitos de higiene e identificar as doenças causadas pela falta de higiene.

- NOME DO PROJETO: APOIO ESCOLAR

JUSTIFICATIVA: Diante das dificuldades apresentadas na avaliação diagnóstica, aplicada no primeiro trimestre, os alunos com estas dificuldades serão convocados à participar de aulas de apoio pedagógico, no contraturno.

PÚBLICO: 1º ao 5º ano

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: Após 1º trimestre RESPONSÁVEL(eis) pela aplicação: Equipe pedagógica e docente.

DESENVOLVIMENTO: Proporcionar aos alunos uma oportunidade de revisão dos conteúdos aplicados, assim sanando as dificuldades. O aluno terá atendimento individualizado e especializado.

- PROJETO HISTÓRIAS EM FAMÍLIA

JUSTIFICATIVA: O projeto visa aprimorar o gosto pela leitura e também a qualidade da mesma.

PÚBLICO: 1º ao 5º anos

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: Anual.

RESPONSÁVEIS pela aplicação: Equipe pedagógica, docentes , pais e alunos.

DESENVOLVIMENTO: Proporcionar aos alunos e pais envolvidos no projeto a oportunidade de desfrutar da leitura juntos , conhecendo as histórias que estão ajudando a construir o conhecimento dos mesmos; trazendo e apresentando trabalhos escritos ou representações gráficas construídas em conjunto (aluno/família);

No ano letivo de 2023 foram desenvolvidos os projetos ofertados pela SEMEDI relacionados abaixo e estão continuidade em 2024:



- PROJETO VELHA INFÂNCIA

JUSTIFICATIVA: O projeto visa promover a interação dos alunos da rede municipal com os assistidos no Lar de Idosos Perseverança.

PÚBLICO: 1º ao 5º anos

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: Anual.

RESPONSÁVEIS pela aplicação: Equipe pedagógica, docentes , pais e alunos.

DESENVOLVIMENTO: Proporcionar aos alunos e pais envolvidos no projeto a oportunidade de promover o respeito, a compreensão e a valorização das relações com o idoso. Este projeto vai além de proporcionar momentos de interação entre crianças e idoso, reunindo gerações, e confortar e alegrar o coração de quem tanto contribuiu com a sociedade.

- PROJETO VELHA INFÂNCIA

JUSTIFICATIVA: O projeto visa promover a interação dos alunos da rede municipal com os assistidos no Lar de Idosos Perseverança.

PÚBLICO: 1º ao 5º anos

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: Anual.

RESPONSÁVEIS pela aplicação: Equipe pedagógica, docentes , pais e alunos.

DESENVOLVIMENTO: Proporcionar aos alunos e pais envolvidos no projeto a oportunidade de promover o respeito, a compreensão e a valorização das relações com o idoso. Este projeto vai além de proporcionar momentos de interação entre crianças e idoso, reunindo gerações, e confortar e alegrar o coração de quem tanto contribuiu com a sociedade.

- PROJETO É DOANDO QUE SE VIVE

JUSTIFICATIVA: O projeto visa conscientizar de alunos da rede municipal de ensino sobre doação de órgãos.

PÚBLICO: 3º ao 5º anos

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: Anual.

RESPONSÁVEIS pela aplicação: Equipe pedagógica, docentes , pais e alunos.

DESENVOLVIMENTO: O projeto, idealizado pelo Ministério Público do Paraná em parceria com as Secretarias Municipais de Comunicação Social, de Educação e de Saúde de Paranaguá, visa divulgar para os alunos do 3º ao 5º anos da rede municipal de ensino informações sobre doação de órgãos. A intenção é que os estudantes possam colaborar para a conscientização da



população, como agentes de transformação.

- PROJETO PORTO ESCOLA

JUSTIFICATIVA: é um convênio entre os Portos do Paraná e as Prefeituras de Paranaguá para ensinar, de forma lúdica, a importância da atividade portuária para a economia local e nacional, além de falar sobre as características da baía de Paranaguá, o correto gerenciamento de resíduos sólidos, e os procedimentos de segurança vigentes no porto.

PÚBLICO: 5º ano

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: Anual.

RESPONSÁVEIS pela aplicação: APPA, Equipe pedagógica, docentes , pais e alunos.

DESENVOLVIMENTO: Os alunos são recebidos semanalmente nos portos de Paranaguá e Antonina. Nessas visitas, os alunos assistem a palestras e fazem uma visita ao cais .

No final do ano letivo, os Portos organizam um concurso de desenhos e homenageia os dez alunos vencedores com um passeio de barco pela baía.

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO
"TEODORO VALENTIM"

ILHA DO MEL- ENCANTADAS



1.6.5 Quadro de horários da equipe docente e hora-atividade

Prefeitura Municipal de Paranaguá Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral Instituição de Ensino: Escola Municipal do Campo TEODORO VALENTIM.				
Grade de Aulas				
TURMA: 1º ANO				
SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
CÊNCIAS	HISTÓRIA	MATEMÁTICA	PORTUGUES	MATEMÁTICA
CÊNCIAS	HISTÓRIA	MATEMÁTICA	PORTUGUES	MATEMÁTICA
ED.FISICA	GEOGRAFIA	MATEMÁTICA	PORTUGUES	PORTUGUES
ARTE	GEOGRAFIA	MATEMÁTICA	PORTUGUES	PORTUGUES
TURMA: 2º ANO				
SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
MATEMÁTICA	PORTUGUES	MATEMÁTICA	HISTÓRIA	CÊNCIAS
MATEMÁTICA	PORTUGUES	MATEMÁTICA	HISTÓRIA	CÊNCIAS
PORTUGUES	PORTUGUES	MATEMÁTICA	GEOGRAFIA	ED.FISICA
PORTUGUES	PORTUGUES	MATEMÁTICA	GEOGRAFIA	ARTE
TURMA: 3º ANO				
SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
CÊNCIAS	HISTÓRIA	MATEMÁTICA	PORTUGUES	MATEMÁTICA
CÊNCIAS	HISTÓRIA	MATEMÁTICA	PORTUGUES	MATEMÁTICA
ED.FISICA	GEOGRAFIA	MATEMÁTICA	PORTUGUES	PORTUGUES
ARTE	GEOGRAFIA	MATEMÁTICA	PORTUGUES	PORTUGUES
TURMA: 4º ANO				
SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
CÊNCIAS	HISTÓRIA	MATEMÁTICA	PORTUGUES	MATEMÁTICA
CÊNCIAS	HISTÓRIA	MATEMÁTICA	PORTUGUES	MATEMÁTICA
ED.FISICA	GEOGRAFIA	MATEMÁTICA	PORTUGUES	PORTUGUES
ARTE	GEOGRAFIA	MATEMÁTICA	PORTUGUES	PORTUGUES
TURMA: 5º ANO				
SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
MATEMÁTICA	PORTUGUES	MATEMÁTICA	HISTÓRIA	CÊNCIAS
MATEMÁTICA	PORTUGUES	MATEMÁTICA	HISTÓRIA	CÊNCIAS
PORTUGUES	PORTUGUES	MATEMÁTICA	GEOGRAFIA	ED.FISICA
PORTUGUES	PORTUGUES	MATEMÁTICA	GEOGRAFIA	ARTE

1.6.6 Plano de atividades a serem desenvolvidas nos espaços pedagógicos em áreas verdes e recreio dirigido

A escola está inserida em um parque ambiental e acesso à praia. Devido a esta especificidade proporciona que os alunos tenham atividades de campo e dirigidas para explorar a riqueza natural deste local. Nos planejamentos e ações dos docentes visam estas práticas.

No intervalo os alunos tem recreio dirigido contemplando os aspectos cognitivo, afetivo, motor e social dos alunos possibilitando vivências e práticas corporais que, contibuem para o seu desenvolvimento global.

De acordo com a instrução nº 01/2018, capítulo 1- das Diretrizes Gerais descreve o trabalho profissional do cargo do magistério, entende-se que a orientação e o acompanhamento dos estudantes tanto em atividades externas no período de aula, como no horário de intervalo



(recreio), onde por escala, ou também quando solicitados em situações se fizer necessário, os professores acompanharão e farão orientações dos alunos.

A merenda dos alunos é fornecido pela empresa Risotolândia, seguindo um cardápio elaborado mensalmente, pelas nutricionistas lotadas no setor de alimentação escolar da Secretaria Municipal de Educação.

1.6.7 Plano de Atendimento Emergencial

O Plano de Atendimento Emergencial envolve a retirada dos alunos da escola com segurança e rotas de fuga e ponto de encontro seguro em situações de risco. Durante o ano letivo será realizado dois momentos de simulação do Plano de Abandono para que todos sejam preparados de forma adequada para as situações emergenciais.

A aplicação do PAE envolve os alunos, professores e demais servidores. Os servidores da instituição deverão cursar um treinamento a fim de estar preparados para este momento.



1.7 CALENDÁRIO ESCOLAR

CALENDÁRIO ESCOLAR

2024




EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

JANEIRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

DIAS LETIVOS	0
Férias	30
Recesso	0
Feriado	1

FEVEREIRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29		

DIAS LETIVOS	13
Carga Horária	52
Recesso	3
Feriado	0

MARÇO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

DIAS LETIVOS	20
Carga Horária	80
Recesso	0
Feriado	2

ABRIL						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

DIAS LETIVOS	22
Carga Horária	88
Recesso	0
Feriado	1

MAIO						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

DIAS LETIVOS	19
Carga Horária	76
Recesso	1
Feriado	2

JUNHO						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

DIAS LETIVOS	20
Carga Horária	80
Recesso	0
Feriado	0

JULHO						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31	*SEFE		

DIAS LETIVOS	12
Carga Horária	48
Recesso	10
Feriado	1

AGOSTO						
D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

DIAS LETIVOS	21
Carga Horária	84
Recesso	0
Feriado	0

SETEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

DIAS LETIVOS	21
Carga Horária	84
Recesso	0
Feriado	1

OUTUBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

DIAS LETIVOS	21
Carga Horária	84
Recesso	1
Feriado	2

NOVEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

DIAS LETIVOS	20
Carga Horária	80
Recesso	0
Feriado	2

DEZEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

DIAS LETIVOS	12
Carga Horária	48
Recesso	9
Feriado	1

LEGENDA	
FÉRIAS	
INÍCIO/TÉRMINO DO TRIMESTRE	
FORMAÇÃO CONTINUADA	
PLANEJAMENTO	
REFORMULAÇÃO PPP	
PRÉ - CONSELHO	
CONSELHO DE CLASSE	
PÓS - CONSELHO	
ENTREGA BOLETIM / FECHAMENTO DO ANO LETIVO	
RECESSO ESCOLAR	

MÊS	FERIADOS
JAN	01 CONFRATERNIZAÇÃO UNIVERSAL
MAR	29 PAIXÃO DE CRISTO
MAR	31 PÁSCOA
ABR	21 TIRADENTES
MAI	01 DIA DO TRABALHO
MAI	30 CORPUS CHRISTI
JUL	29 ANIVERSÁRIO DE PARANAGUÁ
SET	07 INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
OUT	07 NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
OUT	12 NOSSA SENHORA APARECIDA
NOV	02 FINEADOS
NOV	15 PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA
DEZ	25 NATAL

Dias Letivos	201
Atividades Docentes	12
Carga Horária	804
Total de Férias	30
Total de Recesso	24

Periodicidade	
1º Trimestre - 08/02 a 17/05 - 66 dias	
2º Trimestre - 20/05 a 30/08 - 61 dias	
3º Trimestre - 02/09 a 18/12 - 74 dias	

Jenifer Xavier

Tenile Cibele do Rocio Xavier
Secretária de Educação

Paula da Silva Inacio Pereira

Paula da Silva Inacio Pereira
Superintendente de Planejamento Educacional

Ronaldo C. Alboite

Ronaldo Cardoso Alboite
Diretor do Departamento de Ensino Fundamental

Tatiana Passos

Tatiana Passos
Diretora do Departamento de Educação Infantil

Calendário Aprovado pelo COMED PGUÁ - Deliberação nº 01/2023
Paranaguá, 22 de novembro de 2023.



1.8 CALENDÁRIO INSTÂNCIAS COLEGIADAS - APMF E CONSELHO ESCOLAR

A instituição não tem APMF, devido ao número de alunos inferior a 50, a instância colegiada em ação é o Conselho Escolar é formado pela representação de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, sendo as reuniões no mínimo duas vezes semestrais ou conforme a necessidade.

A nova eleição para o Conselho Escolar será em julho deste corrente ano, a partir desta data seguirá com reuniões bimestrais, ou de caráter emergencial.

2 CONCEPÇÕES

2.1 CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE

2.1.1 Fundamentação teórica

O modo como funciona a sociedade não pode limitar as aparências, é necessário compreender as leis que regem o seu desenvolvimento, as leis históricas, ou seja, que as constituíram historicamente. Vivemos numa sociedade heterogênea e fragmentada, marcada por profundas desigualdades sociais de: classe, etnia, gênero, religião, e entre outras. Entretanto apesar de vivermos nessa sociedade desigual, queremos pensar e reconstruir de forma diferente, por meio de ações que contribuam para o pleno desenvolvimento dos cidadãos, viabilizando as informações para que se apropriem do conhecimento e conheçam a sua história e compreendam que as relações que ocorrem entre os sujeitos não são naturais, mas sim construídas historicamente. Na compreensão de sociedade, será considerada a questão da inclusão social na qual o estabelecimento de ensino seja um espaço democrático e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção étnica, de classe, gênero ou características pessoais ou de grupos, baseando-se no princípio de que a diversidade deve não só ser aceita como desejada.

2.1.2 Direitos Humanos

Conforme a deliberação Nº 02/2015-CEE/PR a Educação em Direitos Humanos, um dos eixos fundamentais do direito à educação, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa



e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas.

Art. 3º A Educação em Direitos Humanos, com finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios:

- I - dignidade humana;
- II - igualdade de direitos;
- III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- IV - laicidade do Estado;
- V - democracia na educação;
- VI - transversalidade, vivência e globalidade;
- VII - sustentabilidade socioambiental;

Art. 4º A Educação em Direitos Humanos como processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direitos, articula-se às seguintes dimensões:

- I - apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- II - afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
- III - formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político;
- IV - desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados;
- V - fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos.

2.1.3 Políticas de Inclusão

Nas políticas de inclusão o respeito à diversidade é um dos pilares básicos desse modelo de educação e pode ser a alternativa para que os sistemas educacionais diminuam significativamente a exclusão educacional.

A Educação Inclusiva possibilita que as desigualdades sociais sejam amenizadas, e dá direito de acesso a todos, com igualdade.



Compreende-se a Educação Especial como modalidade que dialoga e compartilha dos mesmos princípios e práticas propostas para a Educação Básica, exigindo das famílias, alunos, profissionais da educação e gestores de políticas públicas, ações efetivas no processo educacional. Quando abordamos o tema inclusão na educação, referimo-nos ao processo de universalização para o acesso e melhoria na qualidade do ensino voltado às crianças, jovens e adultos que compõem o público-alvo da Educação Especial. A nossa Instituição de Ensino dispõe de espaço físico e professores com formação em Educação Especial, para a abertura de serviços especializados.

Para suprir a necessidade constatada, a escola e a mantenedora oferta condições necessárias para que os estudantes com laudo e/ou indicativos detenham um processo de ensino e aprendizagem que atendam suas especificidades, ou seja, com adaptações de pequeno porte na seleção dos conteúdos específicos, encaminhamentos metodológicos, tempos, espaços, quanto aos critérios e instrumento de avaliação, assegurando assim, o contido na legislação.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, no Capítulo V da Educação Especial:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

2.2 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

2.2.1 Fundamentação Teórica

A importância do saber tem sua partida na compreensão de que o conhecimento filosófico é diferente tanto do senso comum, no religioso como no científico. O saber filosófico não se



confunde com o saber parcial e fragmentado do cotidiano, mas tem a totalidade na sua mira e torna os problemas do real em suas diversas articulações interdependentes numa visão: radical, rigorosa e de conjunto, permeada pela criticidade.

Ao se acreditar nesta importância do saber, a Escola Municipal do Campo "Teodoro Valentim" segue a filosofia dialética, onde se trabalha uma tendência pedagógica vivenciada pela concepção Histórica- crítica com concepções psicológicas Sócio-históricas, onde a inteligência é um conjunto integrado de funções psíquicas superiores responsáveis pela elaboração do pensamento, a partir das diversas interações com o meio cultural.

A concepção de educação dentro desta filosofia procura formar sujeitos conscientes de sua ação transformadora na fomentação de uma sociedade mais justa, procurando servir a construção de uma nova ordem social, centrada na apropriação do saber como instrumento de luta social. Desse modo, o ensino tem a grande missão de propiciar, principalmente aos educandos a oportunidade de refletir sobre os grandes temas filosóficos sem perder suas essencialidades históricas que a produziram. Não se pode disseminar a idéia de que a escola serve como desenvolvimento de competências e habilidades necessárias às exigências do novo século, mas sim que a escola serve de instrumentalização científica para melhor compreensão da realidade social.

A Filosofia dialética coloca que o ensino tem a finalidade de promover a interação entre aluno e conhecimento, de modo a possibilitar o acesso e a incorporação de elementos culturais essenciais à sua transformação enquanto síntese das múltiplas relações sociais. Este processo sistemático de contínuas e cumulativas mediações culturais acontece através de atividades que promovam a reflexão e ação sobre a realidade, possibilitando um processo mais significativo de apropriação, socialização e produção do saber. A pedagogia histórico-crítica surge em contraposição à escola que reproduz o sistema e as desigualdades sociais, dando ênfase às relações interpessoais e ao crescimento que resulta centrado no desenvolvimento da personalidade do sujeito, em seus processos de construção e organizações pessoais da realidade e em sua capacidade de atuar como pessoa integrada.

Nesta perspectiva, a escola é considerada parte do todo social que prepara o aluno para a participação ativa na sociedade, levando em consideração que os conteúdos devem ser culturais, universais e sempre reavaliados de acordo com a realidade social, através de técnicas em que o sujeito dirige a sua própria experiência, para que possa se estruturar e agir. A relação professor x estudante deve levar em conta o fato de o professor ser o mediador competente que direciona o processo ensino-aprendizagem, entre conteúdos e estudantes, a partir da contextualização



dos aspectos culturais, educacionais, estéticos e sociais. Esta teoria de educação se trata de uma pedagogia longe de extinguir as orientações pedagógicas anteriores, assimila para dentro de sua sistemática suas qualidades e diferenças, na unidade dialética que supera cada uma em suas limitações e reaproveita seus alcances.

Com esta linha filosófica, a aprendizagem, acontece num processo dinâmico, cumulativo e permanente de subjetivação do mundo objetivo produzido cultural e historicamente. Este processo contínuo de apropriação do mundo pelo sujeito, por meio de suas múltiplas interações, faz com que o mesmo aconteça no/pelo processo de interação e mediação entre sujeitos, numa construção coletiva do conhecimento. Tem como principais características: a ênfase na capacidade de ação e reflexão da prática social; atividades dinâmicas e desafiadoras com significação social; valorização da qualidade da ação reflexiva frente a situações sociais diversas e a unidade entre teoria e prática.

2.2.2 Concepção de Infância e Criança

A educação e o cuidado na primeira infância vêm sendo tratados como assuntos prioritários de governo, organismos internacionais e organizações da sociedade civil, por um número crescente de países em todo o mundo. Isto tudo nos faz acreditar que estamos vivendo um momento histórico, muito oportuno para a reflexão e a ação em prol das crianças.

A Educação Infantil firma-se como um direito de toda criança a partir da Constituição Federal de 1988, contudo é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- 9394/96 (LDBEN) que aparece definida como primeira etapa da educação básica, passando a integrar os sistemas de ensino, constituindo um espaço institucional educativo, com exigências legais que visam garantir um atendimento de qualidade às crianças de 0 a 6 anos.

Alguns entendem a infância como a condição natural, biológica, que categoriza as crianças como distintas dos adultos, mas as veem como iguais entre si. Percebem unidade do jeito de ser e de agir de qualquer criança, independentemente do tempo histórico, da localidade e das condições sociais e econômicas em que vive. Outros vêem a infância como uma construção social e histórica, estando as crianças sujeitas a influências das tradições e costumes de seu grupo cultural, de seu pertencimento étnico, religioso e de gênero, e das condições socioeconômicas nas quais estão inseridas.

Para estes existem diversas maneiras de ser criança, as quais dependem de suas condições concretas de existência.



Com isso estamos considerando a complexidade da relação entre infância e criança. Nem toda criança usufrui de sua infância como preveem os dispositivos jurídicos, as convenções internacionais, ou como desejamos nós, adultos, envolvidos em um processo de aprendizagem e desenvolvimento. Considerando que as estão chegando com menos idade ao Ensino Fundamental, no qual as exigências são maiores, é necessário analisar com atenção as especificidades das infâncias, antes de simplesmente confrontar as crianças à cultura escolar.

Ensinar é algo que nasce de um compromisso de vida, que em algum momento quem é professor hoje assume para consigo. E a partir dessa decisão de manter esse compromisso, o professor também deve assumir-se em constante aprendizado, no qual o movimento é o de reincidir, retomar, renovar, reinventar, reinterar, recomeçar, em que fica realçado o inacabamento do processo, o aprendizado é contínuo e permanente, não se fechando numa solução e não se totalizando em sua atualização, precisando assim ser sempre reativado. Por isso, e para isso estamos nesse processo de formação, de leitura, de estudo, de problematização e de reflexão constante em meio à invenção de novas subjetividades e de novos mundos.

A Educação Infantil e Ensino Fundamental são frequentemente separados, porém, do ponto de vista da criança, não há fragmentação. Os adultos e as instituições é que muitas vezes opõem educação infantil e ensino fundamental, deixando de fora o que seria capaz de articulá-los.

2.2.3 Articulação entre as ações de cuidar e educar

As tentativas de articulação entre os dois níveis de ensino apontam para uma abordagem central de padronizar o desempenho das crianças ao seu sucesso escolar ou a pré-escola a serviço da escolarização. Para que aconteça essa inserção nessa escolaridade, torna-se prioritário a existência de uma proposta educacional, que possibilite a criança o acesso ao conhecimento cognitivo, por meio da estimulação constante na área visual, motora ou sensorial a fim de que lhes serão úteis no seu desenvolvimento acadêmico futuro.

2.2.4 Concepção de jovem, adulto e idoso (EJA)

A nossa escola não contempla essa modalidade de ensino.



2.2.5 Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental

Em relação à articulação entre a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental verificamos uma acentuada dicotomia. Por um lado, a educação infantil, historicamente baseada num eixo que é a infância e a sua peculiaridade, que envolve o jogo, a imaginação, o brincar, a expressão em inúmeras linguagens, e de outro choca-se frontalmente com a primeira ano do ensino fundamental que se encontra sob a lógica da escolarização com a função de instruir a criança, essencialmente, nas primeiras letras. Assim, a criança vista como criança na educação infantil passa ser o aluno aprendiz por natureza no ensino fundamental.

A falta de articulação entre as classes do pré-escolar em educação infantil e a primeiro ano do ensino fundamental pode comprometer a futura aprendizagem das crianças, especialmente por que elas sofrem uma ruptura no entendimento do que seja escola, aprender na escola e qual o status do brincar no cotidiano institucional.

É importante dizer que nesta fase de articulação, trabalhar com o lúdico nas práticas educacionais é essencial. As crianças precisam aprender brincando, pois assim ela está criando os alicerces de sua personalidade.

A atividade lúdica é fundamental, pois contribui para sua vida afetiva e intelectual. Se tivermos crianças que brincam, se aventuram em algo novo, teremos alunos equilibrados e seguros no decorrer dos anos escolares.

Na localidade temos o CMEIC Juvelina Neves, onde articulamos as ações entre educadoras e professores para facilitar o processo de transição entre Educação Infantil e Ensino Fundamental, assim como o repasse de histórico de ações e diagnóstico.

A Lei 11.274 de 06 de fevereiro de 2006 expandiu o Ensino Fundamental de 8 para 9 anos, assim crianças de 6 anos devem ter seu ingresso no Ensino Fundamental I. Entendendo essa nova dinâmica de um perfil, psicológico, cognitivo e físico as ações educativas devem ser direcionadas para o desenvolvimento pleno desses educandos que trazem demandas diferentes como afirma Aguirre e Maraschin (2017) :

“A alteração legal em destaque trouxe consigo a demanda de cuidados diferenciados, deliberando por novos procedimentos no que se refere à transição da educação infantil para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.”



2.2.6 Transição dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental

De acordo com a legislação a Escola Municipal do Campo “Teodoro Valentim” traz em sua proposta a adaptação de organização do trabalho pedagógico buscando dar sentido para esse processo de transição do educando que irá para os anos finais do Ensino Fundamental. A instituição em que os estudantes irão cursar este período fica no mesmo prédio, assim facilitando o processo.

Conforme a INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 02/2023 – SEMEDI que orienta procedimentos para transição entre as etapas: Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II.

Art. 1º As instituições da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá a delinear estratégias à continuidade da trajetória da Educação Infantil para o Ensino Fundamental I e desta, para o Ensino Fundamental II, necessárias para facilitar o percurso escolar da criança/estudante, por meio de atividades pedagógicas e orientações da Secretaria Municipal da Educação e Ensino Integral – SEMEDI, para sua execução.

Art. 2º Cabe aos profissionais da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá, assegurar práticas, vivências e experiências significativas

durante o ano letivo, contribuindo assim para a formação integral da criança/estudante, em toda as etapas de ensino ofertadas, mantendo a reflexão acerca da ação pedagógica, resignificando e auxiliando no processo de transição.

Art. 3º Consideram-se como registros pertinentes a subsidiar o processo de transição:

I - fotografias;

II - vídeos;

III - Parecer Descritivo/Boletim Escolar;

IV - relatos dos pais ou responsáveis legais;

V - relatórios dos profissionais da educação;

VI - visitas nas instituições.

§1º Ficará sob a responsabilidade da equipe pedagógica das instituições de ensino, a entrega dos Pareceres Descritivos da Educação Infantil no Departamento de Estruturação e Funcionamento das Unidades de Ensino da SEMEDI, conforme cronograma estabelecido.

§ 2º Os registros avaliativos deverão ser arquivados na instituição de ensino.



2.2.7 Educação Inclusiva

A Educação Especial está inserida dentro dos princípios e práticas propostas para a Educação Básica, exigindo das famílias, alunos, profissionais da educação e gestores de políticas públicas, ações efetivas no processo educacional.

O tema inclusão na educação é o processo de universalização para o acesso e melhoria na qualidade do ensino voltado às crianças, jovens e adultos que compõem o público-alvo da Educação Especial.

No momento a instituição oferta o Atendimento Educacional Especializado, com uma Sala de Recursos Multifuncional, em processo de autorização de abertura, assegurando aos estudantes atendimento ao público-alvo da Educação Especial, ou seja, estudantes com deficiência intelectual, física, visual, auditiva ou múltipla, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade, dislexia e outros.

2.2.8 Educação para as relações étnico-raciais

Na perspectiva da construção de uma educação de qualidade, da consolidação da política educacional e da construção de uma cultura escolar que conhece, reconhece, valoriza e respeita a diversidade étnico-racial, a Lei nº 11.645/08 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede municipal de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Em 2003, um importante avanço na luta antirracista no país foi concretizado: a implementação da Lei 10.639. A legislação tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, sendo elas públicas ou particulares, desde o ensino fundamental até o ensino médio. A Lei nº 11.645, de 10 março de 2008 torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental, como conteúdos a serem inseridos em todas as disciplinas do currículo escolar, bem como, discussões pertinentes à educação das relações étnico- raciais.

A necessidade é primordial intensificar o diálogo com a comunidade escolar no sentido de desenvolver práticas pedagógicas, ou seja, formas de ensinar e aprender para a Educação das Relações Étnico-Raciais – EREER, a positivar e fortalecer a identidade de negras/os,



comunidades tradicionais negras, quilombolas e indígenas, por meio da Promoção da Igualdade Racial na perspectiva de romper as barreiras impostas pela questão étnico-racial e seus impactos no acesso, permanência e sucesso das referidas populações na educação do Paraná e na sociedade brasileira.

2.2.9 Concepção do Ensino Integral

A Escola Municipal do Campo "Teodoro Valentim" não atende esta modalidade de ensino.

2.2.10 Ações de monitoramento para a busca ativa das crianças e/ou estudantes infrequentes

A fim de evitar a evasão escolar a escola deve estar atenta, a fim de perceber em que momento as causas que levam à infrequência extrapolam a sua competência, para então acionar as demais instituições que compõem a Rede de Proteção da criança e do adolescente para promover a reintegração escolar do estudante infrequente.

Em relação ao abandono escolar salientamos o importante papel da escola, pois o estudante está diretamente vinculado a ela em seu dia-a-dia.

É necessário, que a escola tome todas as iniciativas que lhe cabem, visando a permanência do estudante no sistema educacional, conscientizando-o da importância da educação em sua vida e para seu futuro, mantendo contato frequente e direto com os pais ou responsáveis, enfatizando a responsabilidade destes na educação e na formação dos filhos, esta ação é chamada de busca ativa.

De acordo com o art. 205, da Constituição Federal de 1988, o "dever de educar" é uma tarefa que deve ser compartilhada entre escola, Poder Público em geral, família e sociedade:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Busca Ativa Escolar reúne representantes de diferentes áreas – Educação, Saúde, Assistência Social, Planejamento etc, fortalecendo, dessa forma, a rede de proteção. Cada secretaria e profissional



tem um papel específico, que vai desde a identificação de uma criança ou adolescente fora da escola ou em risco de abandono, até a tomada das providências necessárias para seu atendimento nos diversos serviços públicos, sua (re)matrícula e sua permanência na escola. Todo o processo é acompanhado pela ferramenta tecnológica (SERP), que funciona como um grande banco de dados que facilita a comunicação entre as áreas, armazena dados importantes sobre cada caso acompanhado e apoia na gestão das informações sobre a situação da criança e do adolescente no município e/ou estado. A ferramenta pode ser acessada em qualquer dispositivo, como computadores de mesa, computadores portáteis, tablets, celulares (SMS) ou celulares (smartphones).

Na rede municipal de ensino de Paranaguá, temos a INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 04/2023 – SEMEDI que dispõe sobre as normas para busca ativa dos(as) estudantes em evasão escolar, em situações de risco ou fora da escola da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá, que norteia as ações referentes à busca ativa na instituição.

Há também formulários impressos para facilitar o uso dos profissionais que não têm acesso a dispositivos móveis. A instituição organiza as ações de busca ativa quando o aluno tem 5 faltas consecutivas ou 7 alternadas, a família é chamada e orientada a preencher a ficha do SERP, juntamente com a professora, e esse ficha é encaminhada para a chefia imediata.

2.2.11 Instrumentos de registros de prevenção ao abandono escolar e evasão escolar (Sistema Educacional da Rede de Proteção- SERP e Conselho Tutelar)

Esgotadas as possibilidades internas de reinserção do educando infrequente, a escola deve acionar diretamente a Rede de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente, da qual também é integrante, para que outras ações destinadas a promover o retorno do estudante à escola sejam desencadeadas, a partir da análise das peculiaridades de cada caso, incluindo este estudante no sistema SERP e reportando o caso ao Conselho Tutelar.

O SERP é o sistema para preenchimento on-line e fluxo dos encaminhamentos previstos no Caderno do Programa de Combate ao Abandono Escolar (Pcae). O sistema substitui os anexos do Caderno, permitindo a tramitação dos casos de infrequência na Rede de Proteção de forma on-line, eliminando as fichas físicas.

O abandono escolar constitui-se como uma grave forma de violência contra a criança e o adolescente, sendo fundamental que a comunidade escolar e a Rede de Proteção Social da Criança e do Adolescente articulem-se para evitar sua ocorrência para promover a reintegração escolar dos estudantes infrequentes, conforme Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Estatuto da Criança e do Adolescente e outras leis vigentes.



Para tanto, cada escola conta com aliados da Rede de Proteção Social da Criança e do Adolescente para buscar o estudante que está em situação de abandono, Secretarias de Estado e Municipais ligadas direta ou indiretamente às áreas do Programa/serviço municipal especificamente dedicado à prevenção e ao combate ao abandono escolar.

De acordo com a instrução INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 04/2023 – SEMEDI :

Art. 3º Faz-se necessário o registro da frequência dos(as) estudantes no Livro de Registro Classe Online dos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs e Escolas da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá.

§ 1º Após constatar a ausência de 05 dias consecutivos ou 07 dias alternados dos(as) estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e 15 dias consecutivos ou 30 alternados para Educação Infantil, sem justificativa na participação das aulas, a equipe gestora deve iniciar o processo da busca ativa de acordo com o Sistema Educacional da Rede de Proteção - SERP.

§ 2º O SERP deverá ser preenchido com os dados apenas dos(as) estudantes infrequentes.

§ 3º O Sistema deverá constar detalhadamente a quantidade de tentativas, as datas da busca ativa, os responsáveis contatados, os acordos estabelecidos e os instrumentos que a equipe estabeleceu para entrar em contato com a família.

§ 4º Esgotadas as tentativas da instituição em contatar a família da criança/estudante que não apresenta frequência, a equipe gestora deverá comunicar o Conselho Tutelar através de relatório e posteriormente inserir no SERP para que assim, o Conselho atue e aplique as Medidas de Proteção cabíveis, a fim de garantir o vínculo e o pertencimento do(a) estudante ao ambiente escolar.

2.3 CONCEPÇÃO DE GESTÃO

2.3.1 Fundamentação Teórica

A participação e gestão democrática são processos que se constroem na experiência do cotidiano da instituição educacional e no compartilhamento dos valores e objetivos que se tornam coletivos.

Os artigos 12,13,14 da lei 9394/96 estabelecem que as “Diretrizes e Bases da Educação Nacional” apontam, a importância da gestão democrática para a educação.

A elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico teve um papel fundamental na construção da gestão democrática, na medida em que oportunizou o compartilhamento de



concepções e valores, a abertura para a discussão de diferentes pontos de vista, na escola. O Projeto Político Pedagógico como resultado da participação coletiva da comunidade e dos profissionais da instituição, a garantia do funcionamento, tomadas de decisões conjunta no planejamento, avaliações e questões de avaliação e administrativas que buscam envolver a comunidade escolar, alunos, pais e funcionários, são frutos da nossa instituição que se baseia no seu regimento interno, garantindo esse bom funcionamento.

2.3.2 Instrumentos de Gestão Democrática (Assembleia Escolar, Conselho Escolar, Associação de Pais, Mestres e Funcionários APMF, representatividade de profissionais: conselhos, fóruns, reuniões, comissões, audiências públicas e consulta pública para diretores

As atividades escolares serão norteadas na Gestão Democrática abrangendo além do princípio constitucional, as dimensões administrativas, pedagógicas e financeiras, assim requerendo a participação coletiva dos professores, funcionários, pais e estudantes na construção, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico, assegurando a transparência das decisões e legitimidade da participação na construção de instrumentos de gestão democrática, tais como: Conselho Escolar e Conselho de Classe.

O Conselho Escolar é um órgão colegiado, representativo da Comunidade Escolar, de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora, sobre a organização e realização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar, em conformidade com as políticas e diretrizes educacionais da mantenedora, observando a Constituição Brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Projeto Político Pedagógico e o Regimento da escola, para cumprimento da função social específica da escola.

A função deliberativa se refere à tomada de decisões relativas às diretrizes e linhas gerais das ações pedagógicas, administrativas e financeiras quanto ao direcionamento das políticas públicas, desenvolvidas no âmbito escolar.

A função consultiva se refere à emissão de pareceres para dirimir dúvidas e tomar decisões quanto às questões pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito de sua competência. A função avaliativa se refere ao acompanhamento sistemático das ações educativas desenvolvidas pela unidade escolar, objetivando a identificação de problemas e alternativas para melhoria de seu desempenho, garantindo o cumprimento das normas da escola bem como, a qualidade social da instituição escolar. A função fiscalizadora se refere ao acompanhamento e fiscalização da gestão democrática pedagógica, administrativa e financeira



da unidade escolar, garantindo a legitimidade de suas ações.

O Conselho Escolar não tem a finalidade e/ou vínculo político-partidário, religioso, racial, étnico ou de qualquer outra natureza, a não ser aquela que diz respeito diretamente à atividade educativa da escola, prevista no projeto político pedagógico. Sendo assim tem por objetivos:

- Realizar a gestão escolar numa perspectiva democrática, contemplando o coletivo, de acordo com as propostas educacionais contidas no projeto político pedagógico da escola;
- Constituir-se em instrumento de democratização das relações no interior da escola, ampliando os espaços de efetiva participação da comunidade escolar nos processos decisórios sobre a natureza e a especificidade do trabalho pedagógico escolar;
- Promover o exercício da cidadania no interior da escola, articulando a integração e a participação dos diversos segmentos da comunidade escolar na construção de uma escola pública de qualidade, laica, gratuita e universal;
- Estabelecer políticas e diretrizes norteadoras da organização do trabalho pedagógico na escola, a partir dos interesses e expectativas histórico- sociais, em consonância com as orientações da mantenedora e a legislação vigente;
- Acompanhar e avaliar o trabalho pedagógico desenvolvido pela comunidade escolar, realizando as intervenções necessárias, tendo como pressuposto o Projeto Político Pedagógico da escola;
- Garantir o cumprimento da função social e da especificidade do trabalho pedagógico da escola, de modo que a organização da atividade educativa escolar esteja pautada nos princípios da gestão democrática.

O Conselho de Classe será um espaço de geração de ideias, tomando uma dimensão política, pois são nesses momentos que os problemas são levantados e os caminhos para a superação das dificuldades devem ser traçados.

Estas reuniões serão um caminho para uma postura mais reflexiva da prática pedagógica, superando uma prática repetida a anos, substituída por outra capaz de provocar mudança nas relações no interior da escola, para ter significado esta deve ser uma construção coletiva.

É necessário que superemos a passividade que atinge a maioria dos profissionais da escola, para isso é fundamental que os profissionais percebam a si e a seus alunos como agentes de transformação da realidade, que conheçam as leis que regem a organização do seu trabalho para com elas interagir e propor mudanças. Nessa perspectiva de coletividade que o Conselho



de Classe e uma instância de possibilidades transformadoras, pois esse é um dos espaços de reflexão coletiva com o mesmo objetivo.

Muitas vezes não se percebe a dimensão política das ações pedagógicas, e o quanto o Conselho de Classe é fundamental nesse processo. É necessário discutir mais sobre o significado do Conselho de Classe questionando o que está sugerindo mudanças.

O Conselho de Classe pode ser ainda um espaço educativo, pelo fato da escola ser a instituição social que, por sua natureza e especificidade, trabalha diretamente com o conhecimento e com o ser humano, que deve se dar o constante o processo de discussão e reelaboração de suas ações, para não só acompanhar os processos evolutivos da sociedade, mas para propor as mudanças necessárias.

2.3.3 Eixo de gestão de resolução de conflitos, dos recursos humanos, físicos, materiais e financeiros

A Gestão abrange além do princípio constitucional, as dimensões administrativas, pedagógicas e financeiras, requer o enfrentamento de todas as questões que excluem e marginalizam a criança, o jovem e o adulto, para construir um projeto comprometido com os interesses e anseios das camadas populares.

Pressupõe a ruptura entre a concepção e execução; pensar e fazer; teoria e prática; ciência e cultura e essa superação presume o controle do processo e do produto do trabalho pelos educadores com a: articulação e socialização do poder e seus pressupostos; a prática da participação coletiva elimina o individualismo; a reciprocidade exclui a exploração; a solidariedade supera a opressão; a autonomia anula a dependência submissão aos órgãos intermediários; requer a participação coletiva dos professores, funcionários, pais e estudantes na construção, execução e avaliação do projeto político pedagógico.

Na escola do campo, onde há diferentes dinâmicas e desafios em comparação com ambientes urbanos, é importante implementar políticas e práticas específicas para abordar conflitos de forma construtiva como:

Diálogo intercultural: Reconhecendo a diversidade cultural presente na comunidade rural, é fundamental promover o diálogo intercultural entre alunos, professores e membros da comunidade para entender e valorizar as diferentes perspectivas e tradições.

Resolução de conflitos baseada na comunidade: Envolver membros da comunidade, como líderes locais e pais, na resolução de conflitos na escola, promovendo a responsabilidade



compartilhada e o senso de pertencimento à comunidade.

Currículo inclusivo e contextualizado: Desenvolver um currículo que reflita a realidade e os interesses da comunidade rural, incorporando práticas de resolução de conflitos, cooperação e liderança comunitária.

Mediação de pares: Capacitar alunos para atuarem como mediadores de conflitos entre colegas, proporcionando-lhes treinamento adequado e apoio para resolverem disputas de forma construtiva.

Acesso a recursos de apoio emocional: Garantir que os alunos tenham acesso a recursos de apoio emocional, como conselheiros escolares ou psicólogos, para lidarem com questões emocionais que possam contribuir para conflitos.

Inclusão de práticas de resolução de conflitos na gestão escolar*: Integrar técnicas de mediação e resolução de conflitos na gestão escolar, incluindo políticas claras de resolução de conflitos e procedimentos para lidar com diferentes situações.

Ao adotar essas políticas e práticas, as escolas rurais podem criar um ambiente que promova a compreensão mútua, a cooperação e a resolução pacífica de conflitos, contribuindo para um ambiente escolar mais harmonioso e produtivo, aproveitando o que cada servidor da educação tem de melhor, buscando um maior e melhor rendimento das atividades.

2.3.4 Articulação entre a instituição, a família e a comunidade

O Projeto Político Pedagógico desta instituição considera que a E.M.C. "Teodoro Valentim" promova uma prática de cuidado e educação na perspectiva da integração dos aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo/lingüístico e sociais do aluno, entendendo que ela é um ser completo, promovendo também a interação entre as diversas áreas de conhecimento e os aspectos da vida cidadã, construindo valores e conhecimentos.

Todo esse trabalho desenvolvido é complemento à ação da comunidade. A interação entre essas duas instâncias é essencial para um trabalho de qualidade.

Durante o ano letivo é comemorado o Dia da Família, onde os familiares e crianças desenvolvem atividades propostas pela equipe docente, para integração deste "elo" entre família e escola. Também são promovidas reuniões trimestrais para o repasse do trabalho pedagógico e resultados escolares.

No período de adaptação das crianças na escola, também trabalhamos junto com as famílias no intuito de oferecer a melhor experiência para os estudantes, tornando o processo de



adaptação o mais acolhedor e humanizado possível. Nesse momento a parceria com a família é imprescindível.

2.3.5 Articulação entre o diretor, os pedagogos e os demais profissionais

A E.M.C "Teodoro Valentim" tem as especificidades da Educação do Campo e de acordo com Deliberação n.º 01/11 - COMED/PGUÁ e a lei complementar 182/2015 - PARANAGUÁ, prevê que professor no exercício da função de docente, desempenhará também serviços administrativos e pedagógicos. Nesta perspectiva a equipe docente e pedagógica trabalha em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação/ Departamento da Educação do Campo para elaborar as estratégias pedagógicas.

2.3.6 Registros oficiais de ocorrências pedagógicas e interpessoais no ambiente educacional

As ocorrências pedagógicas são atendidas pela equipe pedagógica e docente e com registro formal, havendo o repasse para a Secretaria Municipal de Educação de Paranaguá no Departamento da Educação do Campo para a ciência e providências.

2.3.7 Articulação entre a Unidade Educacional e a mantenedora

As Entidades Mantenedoras escolares, são os responsáveis pela instituição de ensino, quem administra a escola e quem comanda a mesma em sua parte "administrativa". As entidades escolares são concessões do poder público e por ele supervisionadas. A mantenedora da E.M.C. "Teodoro Valentim" é a Prefeitura Municipal de Paranaguá, a qual oferece suporte estrutural, pedagógico e funcional, mediante a Secretaria Municipal de Educação de Paranaguá.

A comunicação entre a Secretaria de Educação e a escola se dá através de solicitações oficializadas por meio de ofícios, reuniões virtuais e presenciais para fins técnicos, administrativos e pedagógicos.

2.3.8 Articulação entre os profissionais da educação e crianças e/ou estudantes



O conhecimento da realidade do estudante é essencial para subsidiar o processo de planejamento numa perspectiva dialética. Devemos ter em conta o estudante real, de carne e osso que efetivamente está na sala de aula, que é um ser que tem suas necessidades, interesses, nível de desenvolvimento (psicomotor, sócio efetivo e cognitivo), quadro de significações, experiências anteriores (história pessoal), sendo bem distinto daquele estudante ideal, dos manuais pedagógicos (marcados pelos valores de classe) ou do sonho de alguns professores.

Seguindo o princípio que criança se educa, antes de mais nada, pelos modelos de comportamento que se vê, que presencia; secundariamente vem os modelos sociais de comportamento apresentados como normas e ideais.

O educador deve procurar tomar consciência de qual é o projeto, e conhecer-se nos vários pontos de vista: humano – traços de firmeza de caráter, capacidade de perceber e respeitar o outro como pessoa, como diferente, tolerância; ético – princípios, parâmetros, coerência, senso de justiça, compromisso com o bem comum; intelectual – capacidade de refletir, não ser dogmático, nem fechado, capacidade de rever os pontos de vista, inteligência no trato com a realidade, apreender seu movimento, ir além do senso comum; profissional – competência, domínio do conteúdo e da metodologia do trabalho, segurança nos conceitos e técnicas, interesse, ânimo no que faz, preparo das aulas, atualização .

2.3.9 Plano de conscientização e prevenção a qualquer tipo de violência a criança e ao adolescente, ao bullying e cyberbullying, de acordo com a lei 14.811/2024 que altera alguns artigos do ECA

Art. 1º Fica instituído o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (**Bullying**) em todo o território nacional.

§ 1º No contexto e para os fins desta Lei, considera-se intimidação sistemática (**bullying**) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

§ 2º O Programa instituído no **caput** poderá fundamentar as ações do Ministério da Educação e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, bem como de outros órgãos, aos quais a matéria diz respeito.



Art. 2º Caracteriza-se a intimidação sistemática (**bullying**) quando há violência física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação ou discriminação e, ainda:

- I - ataques físicos;
- II - insultos pessoais;
- III - comentários sistemáticos e apelidos pejorativos;
- IV - ameaças por quaisquer meios;
- V - grafites depreciativos;
- VI - expressões preconceituosas;
- VII - isolamento social consciente e premeditado;
- VIII - pilhérias.

Parágrafo único. Há intimidação sistemática na rede mundial de computadores (**cyberbullying**), quando se usarem os instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial.

Art. 3º A intimidação sistemática (**bullying**) pode ser classificada, conforme as ações praticadas, como:

- I - verbal: insultar, xingar e apelidar pejorativamente;
- II - moral: difamar, caluniar, disseminar rumores;
- III - sexual: assediar, induzir e/ou abusar;
- IV - social: ignorar, isolar e excluir;
- V - psicológica: perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar;



VI - físico: socar, chutar, bater;

VII - material: furtar, roubar, destruir pertences de outrem;

VIII - virtual: depreciar, enviar mensagens intrusivas da intimidade, enviar ou adulterar fotos e dados pessoais que resultem em sofrimento ou com o intuito de criar meios de constrangimento psicológico e social.

Art. 4º Constituem objetivos do Programa referido no **caput** do art. 1º :

I - prevenir e combater a prática da intimidação sistemática (**bullying**) em toda a sociedade;

II - capacitar docentes e equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema;

III - implementar e disseminar campanhas de educação, conscientização e informação;

IV - instituir práticas de conduta e orientação de pais, familiares e responsáveis diante da identificação de vítimas e agressores;

V - dar assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e aos agressores;

VI - integrar os meios de comunicação de massa com as escolas e a sociedade, como forma de identificação e conscientização do problema e forma de preveni-lo e combatê-lo;

VII - promover a cidadania, a capacidade empática e o respeito a terceiros, nos marcos de uma cultura de paz e tolerância mútua;

VIII - evitar, tanto quanto possível, a punição dos agressores, privilegiando mecanismos e instrumentos alternativos que promovam a efetiva responsabilização e a mudança de comportamento hostil;

IX - promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, com ênfase nas práticas recorrentes de intimidação sistemática (**bullying**), ou constrangimento físico e psicológico, cometidas por alunos, professores e outros profissionais integrantes de escola e de comunidade escolar.



Art. 5º É dever do estabelecimento de ensino, dos clubes e das agremiações recreativas assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática (**bullying**).

Art. 6º Serão produzidos e publicados relatórios bimestrais das ocorrências de intimidação sistemática (**bullying**) nos Estados e Municípios para planejamento das ações.

Art. 7º Os entes federados poderão firmar convênios e estabelecer parcerias para a implementação e a correta execução dos objetivos e diretrizes do Programa instituído por esta Lei.

2.4 CONCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO

2.4.1 Fundamentação Teórica

O planejamento escolar é um documento com a descrição do processo de organização e coordenação da ação docente, elaborado com o objetivo de garantir a execução das atividades escolares ao longo do ano letivo.

Esta organização é necessária e de importância para olocar em prática o plano de ação que norteará a proposta pedagógica, as atividades educacionais, a matriz curricular e as metodologias de ensino que serão adotadas pela escola no processo de ensino-aprendizagem.

2.4.2 Plano de Ação para a Recomposição da Aprendizagem

O plano de ação é um instrumento da Equipe Docente e Pedagógica para que a escola desenvolva ações que procurem garantir o sucesso escolar dos estudantes. Esse documento deve trazer como objetivos a redução do abandono, a redução da reprovação e a melhoria da aprendizagem.

Objetivo (O que queremos alcançar? Lembre-se que estão são as Frentes de Atuação)	Meta/prazo (Qual resultado queremos atingir e em Quanto tempo?)	Ação (O que devemos fazer para chegar onde projetamos?)	Detalhamento das ações (Como faremos as ações propostas?)	Responsável (Quem ficará à frente da ação?)
--------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------	------------------------------------------------



Redução dos índices de reprovação dos estudantes	Verificar ao final de cada trimestre a situação de cada aluno	A partir da verificação do rendimento dos estudantes, proporcionar ações para melhorar o rendimento	Conversa com os pais com o intuito de incentivar e auxiliar o estudante nas atividades de casa; Proporcionar o programa Se Liga ao final de cada trimestre aos estudantes que necessitarem	Professores Equipe pedagógica e Equipe docente
Melhoria da aprendizagem dos estudantes	Através do acompanhamento semanal dos conteúdos e atividades desenvolvidos pelos professores aos estudantes	Através do acompanhamento da hora atividade e das aulas	Realizar um acompanhamento desde a elaboração da aula, sugerindo alterações quando necessárias, acompanhamento da aula e dar o feedback ao professor, e sempre que necessário sugerir metodologias diferenciadas	Equipe pedagógica e Equipe docente
Redução dos índices de abandono	Acompanhamento diário do programa presente na escola	Intensificar as conversas com as famílias dos estudantes com risco de evasão/abandono Rede de proteção	Convocar os pais ou responsáveis pelo estudante com índices elevados de faltas, com registro na ficha individual do aluno Caso persistam as faltas, convocar novamente os pais ou responsáveis e fazer registro em ata Fazer a utilização dos aparelhos de proteção à criança e adolescente	Equipe pedagógica e Equipe docente

2.4.3 Plano de Ação do Diretor

A E.M.C “Teodoro Valentim” tem as especificidades da Educação do Campo e de acordo com Deliberação n.º 01/11 - COMED/PGUÁ e a lei complementar 182/2015 - PARANAGUÁ, prevê que professor no exercício da função de docente, desempenhará também serviços administrativos e pedagógicos. Considerando este aspecto nesta instituição do campo, não há diretor.



2.4.4 Plano de Ação do Pedagogo Coordenador e Orientador

A equipe pedagógica deve lançar novos desafios e colaborar na concretização de uma escola pública, democrática e de qualidade social. Deve ser competente, flexível, crítica, criativa, conhecedora de novas tecnologias, que saiba trabalhar em equipe, que possua autonomia de pensamento, sociável, que saiba compreender processos e incorpore novas idéias, que tenha habilidade de gestão, autoestima etc.

A equipe pedagógica deve ser articuladora do processo ensino- aprendizagem, atuando em sintonia com os profissionais da educação e comunidade escolar na discussão, elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico. Para tanto é necessário:

- Redimensionar qualitativamente o funcionamento do Conselho Escolar no que concerne a análise e tomada de decisões frente aos problemas enfrentados no processo ensino-aprendizagem, compartilhando responsabilidades e ações imediatas coletivas para soluções dos mesmos.
- Analisar permanentemente o rendimento escolar visando o atendimento das necessidades individuais do educando. Prestar assessoramento ao corpo docente quanto à utilização de metodologias adequadas a pedagogia histórico- crítica.
- Proporcionar ao corpo docente apoio técnico, nos aspectos pedagógicos sobre o sistema de avaliação adotada pela escola, observando o ritmo de desenvolvimento, o estilo e a progressão de cada educando frente a diferentes atividades e possibilitando a auto-avaliação (aluno e do professor) numa perspectiva da avaliação emancipatória. Realizar os procedimentos normativos os quais viabilizam a participação do educando com dificuldade de aprendizagem na sala de apoio, tendo tempo pedagógico diferenciado, metodologias e materiais.
- Elaborar material de apoio para subsidiar o trabalho do professor, garantindo ao aluno, o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo por meio dos conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais de modo que torne a escola mais atrativa.
- Buscar, em conjunto com a equipe escolar, soluções e formas adequadas ao aprimoramento do trabalho pedagógico e a consolidação da identidade da escola.



2.4.5 Plano de Ação da Equipe de Apoio Administrativa

A E.M.C "Teodoro Valentim" tem as especificidades da Educação do Campo e de acordo com Deliberação n.º 01/11 - COMED/PGUÁ e a lei complementar 182/2015 - PARANAGUÁ, prevê que professor no exercício da função de docente, desempenhará também serviços administrativos e pedagógicos. Considerando este aspecto nesta instituição do campo, não há equipe administrativa.

2.4.6 Plano de Ação da Equipe de Apoio Operacional

A E.M.C "Teodoro Valentim" tem as especificidades da Educação do Campo e de acordo com Deliberação n.º 01/11 - COMED/PGUÁ e a lei complementar 182/2015 - PARANAGUÁ, prevê que professor no exercício da função de docente, desempenhará também serviços administrativos e pedagógicos. Considerando este aspecto nesta instituição do campo, não há equipe de Apoio Operacional.

2.4.7 Plano de Ação do Conselho Escolar

Os princípios norteadores das ações do Conselho Escolar estarão embasados na Gestão Democrática e Participativa, ética profissional, trabalho coletivo e a oferta da Educação Infantil Pública de qualidade, através da seguinte organização do trabalho pedagógico no cotidiano da escola:

Ação	Data/Período
Organizar e acompanhar o Planejamento coletivo	Durante o ano letivo
Planejar e organizar espaços e tempos da instituição	Durante o ano letivo
Realizar o alinhamento entre as ações propostas pela SEMEDI e PPP da instituição	Durante o ano letivo



2.4.8 Plano de Trabalho Docente

O Plano de Trabalho Docente é um documento elaborado pelo professor individualmente, pois ainda que os conteúdos do Currículo Municipal de Educação de Paranaguá, sejam os mesmos para os professores da mesma disciplina/área de conhecimento e da mesma escola, cada professor possui uma maneira de trabalhar. Deverá ter a mediação do pedagogo no que tange a metodologia e sua aplicabilidade com os estudantes. Assim, é no PTD que o professor vai definir a abordagem que fará de determinado conteúdo, com a intenção de organizar o ensino-aprendizagem em sala de aula, como fará, com quais recursos, quando fará e como se dará a verificação da aprendizagem por parte dos alunos. É nele que se registra o que se pensa fazer, como fazer, quando fazer, com que fazer e com quem fazer. Nesse sentido, pode-se dizer que o PTD é a sistematização das decisões tomadas pelo professor.

O Plano de Trabalho Docente parte de um planejamento global da instituição, que deve contemplar os elementos descritos na Proposta Pedagógica Curricular Municipal da mesma, no Regimento Escolar e no Plano de Ação da Direção e Equipe Pedagógica, portanto se constitui na expressão do currículo em sala de aula, que por natureza, expressa e legítima a intencionalidade da escola. Segue o cronograma de entrega e aplicação abaixo para o ano letivo de 2024:

MÊS	PERÍODO DE APLICAÇÃO	DATA DE ENTREGA
MARÇO	04 À 29/03	25/02
ABRIL	01 À 30/04	25/03
MAIO	01 À 31/05	25/04
JUNHO	03 À 28/06	25/05
JULHO	01 À 31/07	25/06
AGOSTO	01 À 30/08	25/07
SETEMBRO	02 À 30/09	25/08
OUTUBRO	01 À 31/10	25/09
NOVEMBRO	01 À 29/11	25/10
DEZEMBRO	01 À 20/12	24/11

2.4.9 Plano de Atendimento Educacional Especializado

A instituição oferta o Atendimento Educacional Especializado, com uma Sala de Recursos Multifuncional, em processo de autorização de abertura, assegurando aos estudantes atendimento ao público-alvo da Educação Especial, ou seja, estudantes com deficiência intelectual, física, visual, auditiva ou múltipla, transtorno global do desenvolvimento, altas



habilidades ou superdotação, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade, dislexia e outros.

A "Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva" do ano de 2008 (PNEEPEI, 2008), explica que o atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

A sala de recurso multifuncional, realiza atendimento educacional especializado conduzido por um professor especializado de natureza pedagógica que suplementa (no caso de estudantes com altas habilidades/superdotação) e complementa (para os estudantes com deficiências ou transtornos do desenvolvimento), a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

É importante ressaltar, que o serviço do atendimento educacional especializado diferencia-se de atividades realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização.

Quanto às atribuições, o professor deve ter formação inicial, que o habilite para o exercício da docência, e formação específica para a Educação Especial, de modo que possa atender as necessidades específicas dos alunos, acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade em todos os ambientes da escola, além de estabelecer articulação com a família e os professores da sala de aula comum.

As atividades realizadas na sala de recurso multifuncional devem ser organizadas para apoiar o aluno na sala regular, com fim pedagógico específico, a fim de melhorar, estimular e desenvolver habilidades e competências do estudante, visando promover sua autonomia, através de atividades elaboradas nas áreas de:

- Consciência fonológica;
- Atenção;
- Concentração;
- Percepção visual;
- Orientação espacial;
- Orientação temporal;
- Coordenação motora;
- Linguagem;
- Raciocínio lógico.

No artigo 3o do Decreto no 7.611/2011, estão devidamente descritos os objetivos do



Atendimento Educacional Especializado. São objetivos do atendimento educacional especializado:

- I- prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II- garantir a transversalidade das ações da Educação Especial no ensino regular;
- III- fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;
- IV- assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

2.4.10 Plano de atendimento pedagógico domiciliar

É previsto em lei que os alunos afastados do ambiente escolar deverão ter garantida sua continuidade nos estudos, independente do motivo que o afastou da unidade escolar.

Para os casos de educando em atendimento domiciliar, se permitido pelo médico responsável, os professores proporem atividades nas diferentes disciplinas para que o educando tenha acesso aos conteúdos desenvolvidos em sala de aula. É preciso que a escola e os pais firmem uma parceria para que o atendimento ao aluno efetive-se.

2.5 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

2.5.1 Fundamentação Teórica

Pensando como uma construção histórica e social, o currículo traduz os diferentes interesses em disputa, produzindo e reproduzindo as relações sociais, desiguais, assimétricas, que caracterizam as sociedades contemporâneas. Através do currículo é possível produzir, reafirmar, negar ou silenciar identidades e diferenças sociais. Nesse sentido, o currículo se transforma igualmente em um importante instrumento de negociação política entre os diferentes envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Pensar o currículo como resultado e caminho para o trabalho coletivo, implica percebê-lo como prática social viva, dinâmica e processual traduzida, pelo conjunto de experiências produzidas e vividas por professores e estudantes.

A valorização dos saberes sociais trazidos dos meios, familiares e sociais não deve ser confundida como homogeneização dos papéis sociais, atribuídos à família e à escola. A escola é



um espaço específico de produção e transmissão de conhecimento, ou seja, um espaço que estabelece relações privilegiadas com o saber, um espaço onde é possível para o docente e para o estudante estruturar e sistematizar os saberes plurais criados em outros lugares.

O currículo é percebido assim como o conjunto de representações que se organizam em torno do conhecimento escolar, produzido num espaço social com funções sociais formativas e normativas, que precisam ser devidamente consideradas e cabe à escola e ao docente organizar, sistematizar e ensinar estes conhecimentos. Partimos da ideia que o currículo escolar é o resultado de escolhas intencionais que fazemos dentro do imenso conjunto de conhecimento produzido pela humanidade, e que contém princípios gerais que norteiam as nossas escolhas, compreendendo que há limites e possibilidades à escola na construção da sociedade que queremos.

2.5.2 Direitos e objetivos de Aprendizagem

O processo de ensino-aprendizagem se insere num contexto da construção do sujeito, como um processo dinâmico que permite a apreensão e compreensão de saberes. O estudante apresenta um conhecimento que se constitui por estratégias específicas, em função aos conhecimentos adquiridos e das experiências vivenciadas de forma global.

A educação se efetiva através do conhecimento onde a informação seja compreendida pelo estudante, havendo uma ligação com o que o aluno já conhece, pois a ciência faz parte cotidiano do aluno através da cultura, tecnologia e modos de pensar, assim se efetivando o processo de ensino-aprendizagem.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) possui dois principais objetivos: proporcionar uma educação de qualidade, desenvolvendo a autonomia e o protagonismo dos alunos, e padronizar o ensino-aprendizagem, reduzindo, assim, as desigualdades educacionais na Educação Básica do Brasil. Portanto é necessário citar a importância de clareza, que deve ter sobre a proposta educacional para que se coloquem em prática os objetivos expostos neste projeto pedagógico.



2.5.3 Concepção de Ensino e Aprendizagem

Quando o docente começa a fazer parte da instituição educativa, sua experiência nela o que lhe é ensinado, torna-se constitutivo de sua pessoa modificando-o continuamente. Isto significa que todo o processo de ensino- aprendizagem se insere num contexto mais amplo da construção do sujeito, porque a aprendizagem na escola se efetua como um processo dinâmico, interligado a outras instâncias de apreensão e compreensão da realidade. As experiências vividas na escola e fora dela são constituídas por ações e interações que participam da formação e do desenvolvimento do docente.

O estudante apresenta um conhecimento que se constitui por estratégias específicas, que se modificam, inclusive, em função dos conhecimentos adquiridos e das experiências vivenciadas no interior da escola e fora dela. Para que possa ocorrer de fato o ensino-aprendizagem, e que o conhecimento se constrói nessa relação, é necessário que, a nova informação seja passível de ser compreendida pelo estudante, ou seja, precisa haver uma ligação possível entre aquilo que o estudante conhece com o que irá aprender e que se estabeleça uma relação ativa do estudante com o conteúdo a ser aprendido.

A ciência faz parte do cotidiano do estudante em qualquer idade, pois está na cultura, na tecnologia, nos modos de pensar da sociedade de nossos dias. Todo estudante detém um conhecimento, que está contido na teoria científica e que deve ser necessariamente articulado com o conceito científico que pretende ensinar.

Este conhecimento apresenta-se muitas vezes de forma fragmentada advindos do senso comum e o estudante deverá ser levado pela ação do docente, a superar essa visão fragmentada para chegar à compreensão e apropriação do conhecimento em todas as áreas do conhecimento.

O ponto de partida é a prática social, saberes que o estudante vivencia no seu cotidiano, através da observação e das informações diversas. O estudante levanta hipóteses que deverão ser transformadas em conhecimento formal através da ação pedagógica.

No processo de ensino-aprendizagem é imprescindível falar da necessidade de se cultivar uma relação sadia, comprometida, responsável, afetiva e autônoma na relação professor-estudante. O professor deverá ter autoridade pedagógica para conduzir o trabalho com seus estudantes. A relação do estudante-professor, na escola, é mediada, então pelo conhecimento formal. O professor detém o conhecimento formal que o estudante deverá apropriar-se e a interação entre ambos deve ser ativa e participativa que permita e promova a apreensão do conhecimento. A ação pedagógica implica, portanto, numa relação especial em que o



conhecimento é construído, para tanto, exige do professor uma ação adequada às possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem de seus estudantes.

Dentro deste contexto, deve situar o estudante, procurando compreender a trajetória que realiza em seu processo de constituição como sujeito histórico, capaz de transformar a sociedade em que vive. A vivência do estudante na escola atende aos objetivos específicos, mas as experiências aí adquiridas são partes integrantes na vida do indivíduo, possibilitando uma atuação mais efetiva na prática social.

2.5.4 Organização do tempo, do espaço e gestão em sala de aula

De acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação no Campo a escola é o lugar das relações educativas formais. O mundo atual, porém, exige que na escola sejam valorizados lugares em que acontece a educação, na sua vertente informal e não-formal. A roça, a mata, os rios ou o mar, as associações comunitárias etc. são lugares educativos que, às vezes, justamente por causa do contato diário, passam despercebidos, esquecidos no momento da elaboração dos planejamentos de ensino.

Assim, a construção do projeto político-pedagógico da escola requer a reflexão sobre tais questões. Uma aula na mata, na ilha, no acampamento, no assentamento, na associação comunitária, na roça ou na cooperativa, dentre tantos outros lugares, pode levar uma manhã toda, numa sequência de encontros, para que os alunos compreendam as relações sociais de produção e o processo de criação da mercadoria, circulação e de consumo.

Para que a escola proponha tempos diferentes, é preciso que o projeto político-pedagógico seja coerente em seus princípios pedagógicos, que cada planejamento de ensino explicita os objetivos, as articulações entre disciplinas, os 49 conceitos e noções a serem desenvolvidas com os alunos. Caso contrário, a prática poderá se tornar apenas uma visita a um outro ambiente que não a sala de aula, não atingindo os objetivos de uma educação crítica.

Em relação aos tempos pedagógicos, ainda há que se considerar a dinâmica da vida do campo, com os seus ciclos produtivos, período de pesca e turismo, épocas de chuvas, entre outros, que devem ser considerados na elaboração do calendário escolar, evitando, assim, a evasão ou um número excessivo de faltas de alunos em determinados períodos do ano. A LDB n. 9394/96 dá respaldo para que o calendário escolar seja organizado em função das particularidades de cada lugar.



2.6 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

2.6.1 Fundamentação Teórica

Partimos da ideia que a avaliação é um processo amplo da aprendizagem, indissolúvel do todo, que envolve responsabilidade do professor e do estudante, pensar avaliação no âmbito da Educação Escolar, no campo da Educação de Direitos, nos leva pensar a sua função, o papel social do professor, a razão da Escola. Traz A discussão sobre a inclusão e exclusão, privilégios e direitos, direitos e obrigações, que estudantes queremos formar e qual escola que queremos e para qual sociedade.

Transformar a prática avaliativa significa questionar a educação desde as suas concepções, seus fundamentos, sua organização e suas normas burocráticas. Significa mudanças conceituais, redefinição de conteúdos, das funções dos docentes, entre outros. Propõe-se uma reestruturação interna na escola quanto à sua forma de avaliação. Necessita-se, sobretudo, de uma avaliação contínua, formativa e emancipatória, na perspectiva do desenvolvimento integral do estudante. O importante é estabelecer um diagnóstico correto para cada estudante e identificar as possíveis causas de seus fracassos e/ou dificuldades visando uma melhor qualificação e não somente uma qualificação na aprendizagem. Para Luckesi (1999), desta linha de pensamento, classificam-se 03 (três) modalidades de avaliação:

Avaliação diagnóstica: Utilizada no início de qualquer aprendizagem para determinar a presença ou ausência de habilidades e/ou pré-requisitos, identificar as causas de repetidas dificuldades na aprendizagem, conhecimento dos docentes, determinar o grau em que um estudante domina os objetivos previstos para iniciar uma unidade de ensino, disciplina ou curso, a fim de orientá-los às novas aprendizagens. Os instrumentos mais utilizados constituem-se de pré-teste, questões padronizadas de rendimento, ficha de observação, etc.

Avaliação formativa: Empregada durante o processo de aprendizagem, estabelece uma função de controle e possibilita ao professor identificar a deficiência no ensino e planejar atividades corretivas, de enriquecimento, de complementação, evolução e aperfeiçoamento dos objetivos estabelecidos. Basicamente identificar insuficiências principais em aprendizagens iniciais que são necessárias à realização de aprendizagens posteriores. Os instrumentos mais empregados são:



questões, exercícios, plano de observação, fichas de autoavaliação e outros;

Avaliação somativa: ocorre ao final do processo. É uma descrição ou julgamento para classificar os estudantes ao final de uma unidade, semestre ou curso, segundo níveis de aproveitamento e de acordo com os desempenhos apresentados. Quantificação de notas com vistas a classificar os estudantes como aprovados ou dependentes. Os instrumentos mais utilizados são: provas, seminários, questões orais, etc. Se a avaliação contribuir para o desenvolvimento das capacidades dos estudantes, pode-se dizer que se converte em ferramenta pedagógica, em um elemento que melhora a aprendizagem do estudante e a qualidade do ensino.

Recuperação: o professor ao aplicar, a sua avaliação, poderá identificar em qual ou quais conteúdos os estudantes tiveram maior dificuldade em assimilar então a partir deste ponto, será feito um trabalho de recuperação de estudos com o uso de metodologia diferenciada para que o sujeito possa de alguma forma, adquirir este conhecimento e obter um rendimento satisfatório em uma nova avaliação. A recuperação será ofertada a todos os estudantes mesmo para aqueles que não tenham ficado abaixo da média, com 100% do conteúdo e será substitutiva sendo que prevalecerá a nota maior. Conselho de Classe – é um órgão colegiado, presente na organização da escola, em que os vários professores das diversas disciplinas, juntamente com o Diretor, Equipe Pedagógica, agentes I e II, pais e estudantes, se reúnem para refletir e avaliar o desempenho pedagógico dos estudantes das diversas turmas, séries ou blocos. Apresenta algumas características básicas que o fazem diferente de outros órgãos colegiados e que dão a importância conferida para o desenvolvimento do projeto pedagógico da escola, tais como: a forma de participação direta, efetiva e entrelaçada dos profissionais que atuam no processo pedagógico; sua organização interdisciplinar; a centralidade da avaliação escolar como foco de trabalho da instância.

Quando da forma de participação direta, se trata de todos os professores que desenvolvem o trabalho pedagógico com as turmas de estudantes selecionadas para avaliação. O Conselho como espaço interdisciplinar de estudo se torna um órgão deliberativo sobre: os objetivos de ensino a ser alcançados, o uso de metodologias e estratégias de ensino; os critérios de seleção



de conteúdos curriculares; os projetos coletivos de ensino e atividades; formas, critérios e instrumentos de avaliação utilizados para o conhecimento do estudante; formas de acompanhamento, critérios para apreciação do desempenho e elaboração de fichas de registro dos estudantes para mediar o trabalho pedagógico ao final de cada bimestre e informar aos responsáveis pelo estudante sobre seus progressos ou insucessos; formas de relacionamento com a família; propostas curriculares alternativas para estudantes com dificuldades específicas; adaptações curriculares

para estudantes portadores de necessidades educativas especiais; propostas de organização dos estudos complementares. A centralidade da avaliação escolar tem como objetivo fundamental propiciar a articulação coletiva dos profissionais, num processo de análise compartilhada, considerando a globalidade de óticas dos professores.

2.6.2 O processo avaliativo coerente com as concepções de infância, educação infantil e aprendizagem/desenvolvimento

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/96, a avaliação deve ser contínua e priorizar a qualidade e o processo de aprendizagem, sendo que os aspectos qualitativos devem prevalecer sobre os quantitativos. Nesta perspectiva a avaliação verifica resultados e o desenvolvimento de um processo. Temos que saber de onde saímos, onde queremos chegar e como conseguiremos isso. O conceito de avaliação em educação, tradicionalmente era identificada com 'medida'. Mediam-se as aprendizagens dos alunos também para verificar o (in)sucesso dos programas e dos sistemas educativos. No processo educativo, a avaliação deve se fazer presente, tanto como meio de diagnóstico do processo ensino-aprendizagem quanto como instrumento de investigação e reflexão da prática pedagógica, uma vez que, o fim desse processo é a aprendizagem.

Desta forma, a intencionalidade do processo avaliativo da instituição é acompanhar a aprendizagem no presente, orientar as possibilidades futuras e mudar as metodologias, apontando novos caminhos para superar problemas e fazer emergir novas práticas educativas.

A avaliação é parte do trabalho dos professores. Tem por objetivo proporcionar lhes subsídios para as decisões a serem tomadas a respeito do processo educativo que envolve professor e aluno no acesso ao conhecimento. Os critérios de avaliação são definidos pela intenção que orienta o ensino e explicita os propósitos e a dimensão do que se avalia. Assim, os critérios são um elemento de grande importância no processo avaliativo, pois articulam todas as



etapas da ação pedagógica. Os instrumentos de avaliação devem ser pensados e definidos de acordo com as possibilidades teórico-metodológicas que oferecem para avaliar os critérios estabelecidos, pois a utilização repetida e exclusiva de um mesmo tipo de instrumento de avaliação reduz a possibilidade de observar os diversos processos cognitivos dos alunos, tais como: memorização, observação, percepção, descrição, argumentação, análise crítica, interpretação, criatividade, formulação de hipóteses, entre outros.

Os instrumentos de avaliação precisam, portanto, ser pensados segundo os objetivos pretendidos por todos os envolvidos, que, em última instância, são a formação, desenvolvimento, integração, socialização e felicidade dos sujeitos; sua qualidade está associada à qualidade educacional que ele possibilita (GADOTTI, 1987).

Para o ano de 2020, alterou-se a Lei Complementar, o período letivo será composto em trimestres. Segue na íntegra o Decreto:

LEI COMPLEMENTAR Nº 245, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020 "Altera a Lei Complementar Municipal nº 69, 10 de setembro de 2007". A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei complementar: Altera a redação do artigo 85 da Lei Complementar nº 69, de 10 de setembro de 2007: "Art. 85. A forma de expressar o resultado do rendimento escolar deverá ser previsto no Projeto Político Pedagógico e respectivo regimento escolar, observando: I - O período letivo terá 03 (três) trimestres onde estarão registrados em boletins, expedidos pela Unidade Escolar aos alunos; as médias das verificações de rendimento do aluno nas disciplinas em que a Matriz Curricular determinar para o trabalho junto a cada ano do Ensino Fundamental; II - Os alunos devidamente matriculados, em quaisquer dos anos do Ensino Fundamental, terão que alcançar em todas as disciplinas, a soma anual de 15 (quinze) pontos, ou seja, média 5,0 (cinco) em cada trimestre, por disciplina. Parágrafo único. É obrigatória a realização de no mínimo 03 (três) avaliações por trimestre, devendo as recuperações imediatas, serem efetivadas antes do início do próximo trimestre". Esta lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

2.6.3 Análise de avanços e dificuldades pedagógicas

Em Abril de 2020 a pandemia da COVID-19 atingiu o Brasil, deixando milhares de vítimas e uma grande incerteza quanto aos rumos da educação, o que intensificou a busca de estratégias



para sanar as dificuldades que o contexto apresentava. Diante das novas dinâmicas sociais, as práticas pedagógicas se voltaram às novas tecnologias educacionais o que em certa medida, se torna excludente para alguns. Entendendo que os sujeitos estão em camadas diferentes da sociedade, assim, nem todos detêm dos mesmo privilégios, dificultando o acesso para alguns. De outra forma avança-se no sentido de colocá-las em prática no cotidiano escolar. Durante esse período se fez um grande esforço para que todas as práticas educacionais chegassem a todos os estudantes.

Nos anos de 2021 à 2023 percebemos avanços em vários quesitos, tais como: erradicação da evasão escolar e elaboração de metas para efetivar o processo ensino aprendizagem, mas sentimos muitas dificuldades das famílias participarem deste processo como apoio, embora nas reuniões e encontros pedagógicos houvesse em todas as reuniões o número de presentes acima de 50% dos matriculados na escola.

Buscamos construir a qualidade social pressupondo o conhecimento dos interesses sociais da comunidade escolar para que seja possível educar e cuidar mediante interação efetivada entre princípios e finalidades educacionais, objetivos, conhecimento e concepções curriculares. Isso abarcou mais que o exercício político-pedagógico que se viabiliza mediante atuação de todos os sujeitos da comunidade educativa.

2.6.4 Instrumentos para os registros do processo avaliativo na educação infantil: parecer descritivo, portfólios e outros

Na E.M.C. "Teodoro Valentim" não há esta modalidade de ensino.

2.6.5 Avaliação Institucional

A avaliação institucional será realizada anualmente envolvendo do todos os segmentos da comunidade escolar com o objetivo de avaliar ações pedagógicas desenvolvidas na instituição de ensino para redimensionar o processo educativo com vistas à melhoria na qualidade da educação.

Para a realização da avaliação institucional pressupõe-se a delimitação de indicadores e instrumentos, em consonância com a legislação vigente e orientações regulamentadas pela SEMEDI (Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral), articulados com o Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica.



2.6.6 Recuperação paralela de estudos

Nesta perspectiva de avaliação, e de acordo com o Artigo 24 da LDB: concebe-se recuperação de estudos como uma parte constitutiva da prática docente e não apenas recuperação de notas. Portanto a recuperação dos conteúdos não compreendidos pelos alunos, acontecerá concomitantemente durante o processo ensino aprendizagem, não somente no final do ano letivo o que caracterizaria somente como recuperação da média final, mas a medida que o aluno vai sendo avaliado.

A Escola Municipal do Campo "Teodoro Valentim" proporcionará recuperação paralela, durante o período letivo de maneira contínua, destinando-se a corrigir as deficiências que persistam após a aplicação de verificação do conhecimento. A recuperação de estudos estará prevista em calendário escolar do estabelecimento, com fundamentação legal na LDB nº 9.394/96 Art.24- Inciso V - alínea e, a recuperação será paralela atendendo aos seguintes princípios como recuperação paralela sendo uma prática aplicada por todos os professores de Ensino Fundamental dos anos iniciais e finais.

A recuperação paralela terá os mesmos critérios adotados para todos os docentes de Ensino fundamental, devendo de conteúdos e notas, ou seja, o professor não poderá recuperar somente a nota dos alunos sem antes fazer a exposição dos conteúdos de forma diferente da aplicada anteriormente uma vez que, se não se apresentaram boas notas na avaliação referente a determinado conteúdo, é porque a metodologia aplicada para explicar, não foi bem entendida pelos alunos.

A recuperação será feita quando o aluno não atingir a média 5,0 (cinco), acontecerá imediatamente após a avaliação, sendo registradas as notas no livro de chamadas enfatizando em sua descrição: que é atividade de recuperação; a que conteúdo se refere; a data de aplicação da atividade; registro de lembrete enviado aos pais destacando os itens acima. Quando acontecer a recuperação e depois de registrada em livro de chamadas, valerá a nota maior, desconsiderando a nota mais baixa entre as duas, os pais serão avisados sobre a temática da recuperação. A recuperação paralela se processará através de aulas, avaliações escritas e orais, trabalhos individuais e em grupos, esclarecendo que não se recupera média bimestral e não se recupera uma avaliação que o aluno não fez.

A recuperação de estudos deve acontecer concomitantemente ao processo ensino-



aprendizagem e de forma permanente. Sendo um direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos, não se restringindo a mais uma prova e sim com novas oportunidades de recuperação, e devem constar no livro de registro de classe. Será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático- metodológicos diversificados.

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 01/2023 - SEMEDI orienta e estabelece as normas para os processos avaliativos das crianças/estudantes matriculados nas instituições que integram o Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá. Destaca-se:

Art. 5º Instrumentos avaliativos utilizados no Ensino Fundamental:

§4º Para a composição da média do período avaliativo trimestral do Ensino Fundamental I, será obrigatoriamente proporcionado ao estudante no mínimo 02 (dois) instrumentos de avaliação e 02 (dois) instrumentos de recuperação de estudos, podendo chegar, no máximo a 10 (dez) instrumentos de avaliação e 10 (dez) instrumentos de recuperação. As notas parciais deverão ser registradas no LRCO imediatamente após a realização.

Art. 8º Entende-se por Recuperação de Estudos:

§1º A recuperação de estudos é direito de todos os(as) estudantes da Educação Básica, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos, sendo sua oferta obrigatória.

§2º A recuperação de estudos dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo de ensino-aprendizagem, realizada ao longo do trimestre, assegurando, a todos(as) os(as) estudantes, novas oportunidades de aprendizagem.

§3º A recuperação de estudos deverá ser organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados que priorizem a aprendizagem dos conteúdos.

§4º A proposta de recuperação de estudos deverá indicar a área de estudos e os conteúdos do componente curricular.

§5º As atividades de recuperação deverão ser planejadas, preferencialmente, durante a hora atividade dos professores, em conjunto com a Equipe Pedagógica da instituição de ensino, tendo como o objetivo a aprendizagem do(a) estudante do estudante, quando este tiver condições de acompanhar a série/ano seguinte.

§6º Poderão ser promovidos por Conselho de Classe os(as) estudantes que demonstrarem apropriação dos conteúdos mínimos essenciais e que apresentarem condições de dar continuidade aos estudos nos anos, séries, períodos, etapas, ciclos e/ou trimestres



seguintes.

§7º No caso do(a) estudante ter obtido, no processo de recuperação, um valor acima daquele anteriormente atribuído, a nota deverá ser substituída, uma vez que o maior valor expressa o melhor desempenho do(a) estudante em relação à aprendizagem dos conteúdos, sendo que os resultados da recuperação deverão ser registrados no Livro de Registro de Classe Online (LRCO).

2.6.7 Avaliação externa

A avaliação externa vai comparar os objetivos, resultados e dificuldades declarados pela instituição em sua autoavaliação e o que os avaliadores externos observarem acerca da realidade institucional.

A E.M.C “Teodoro Valentim” em 2023, realizou as seguintes avaliações externas:

A Avaliação Indica é uma ferramenta que nos ajudará a diagnosticar as fragilidades e as necessidades de nossos alunos, nos orientando, apontando caminhos e novas possibilidades, visando um aprendizado mais eficiente e eficaz na vida escolar de nossas crianças, garantindo assim, um ensino de qualidade”

O “Teste de Fluência”, busca aferir a fluência em leitura do código alfabético da Língua Portuguesa, na variante brasileira, dos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental da rede pública estadual e, por adesão, da rede municipal.

A **Prova Paraná** compõe o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (Saep) e tem como objetivo o diagnóstico das aprendizagens dos estudantes matriculados nas instituições de ensino da rede pública estadual e das redes públicas municipais de educação daqueles municípios que realizaram a adesão. Os resultados obtidos subsidiam os professores, as equipes gestoras, a Secretaria de Estado da Educação (Seed) e as Secretarias Municipais de Educação na definição de ações e estratégias que contribuam para o processo de ensino e aprendizagem à luz dos direitos de aprendizagens previstos nos documentos curriculares orientadores.

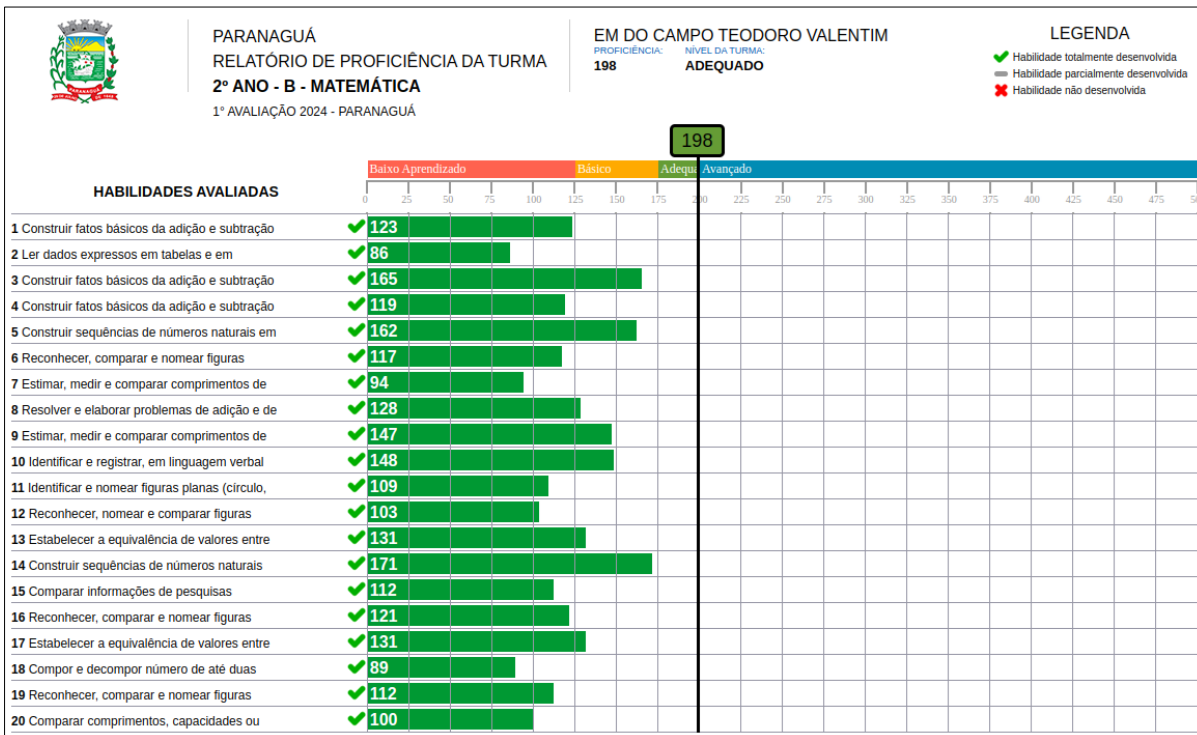
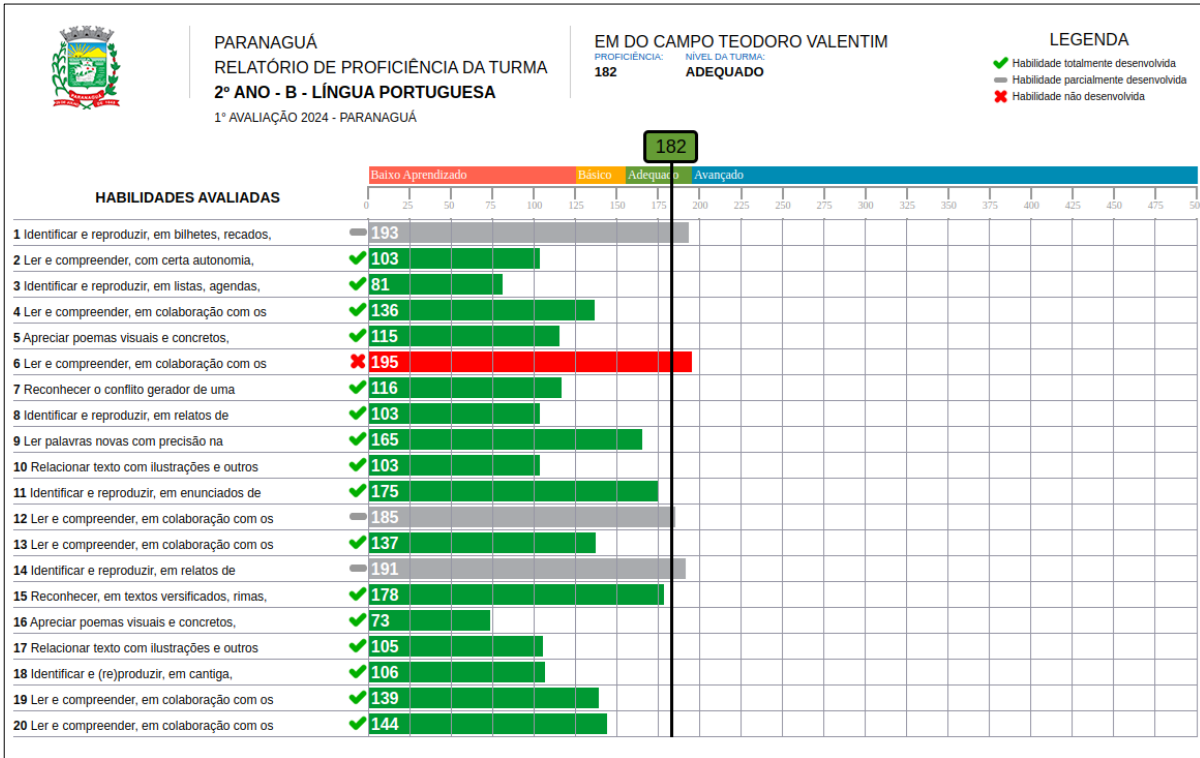
A Prova Paraná é aplicada trimestralmente nas turmas de 5º ano - Ensino Fundamental I, de 6º a 9º ano - Ensino Fundamental II e de 1ª a 3ª/4ª série - Ensino Médio/Educação Profissional. Os descritores que constituem as Matrizes de Referência de cada ano/série descrevem as habilidades consideradas essenciais para o desenvolvimento dos estudantes ao longo das etapas

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO
"TEODORO VALENTIM"

ILHA DO MEL- ENCANTADAS



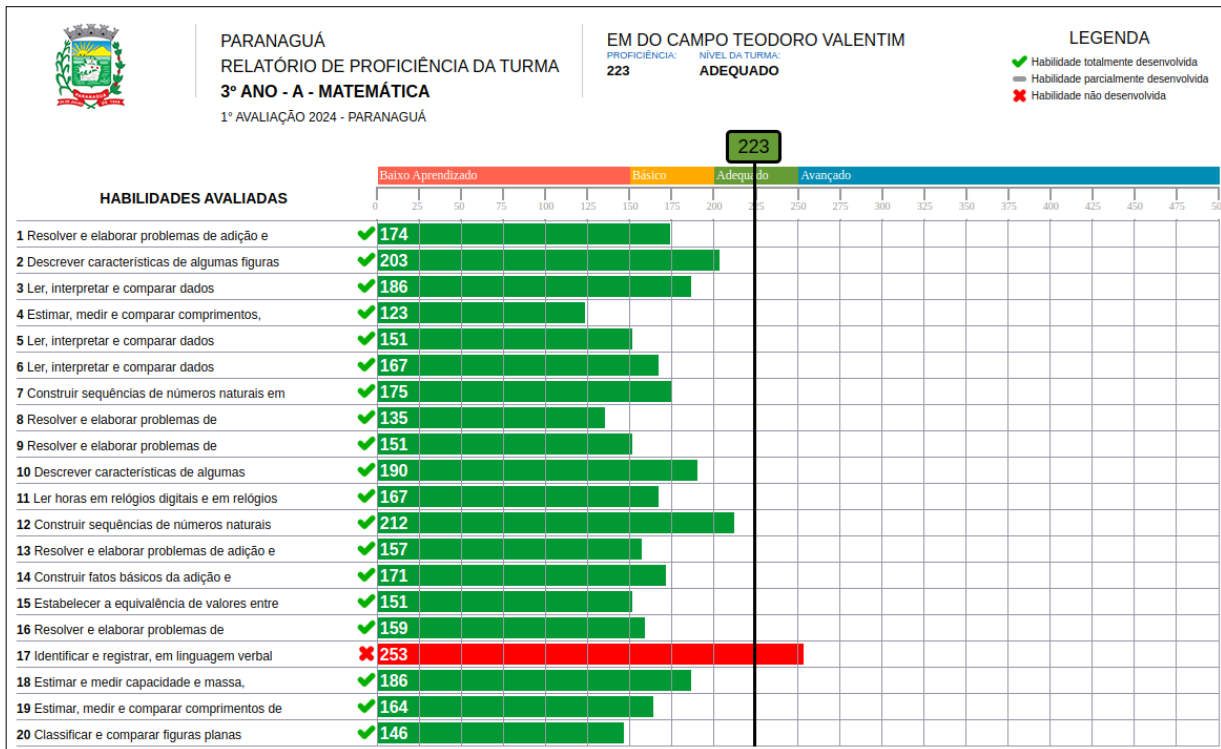
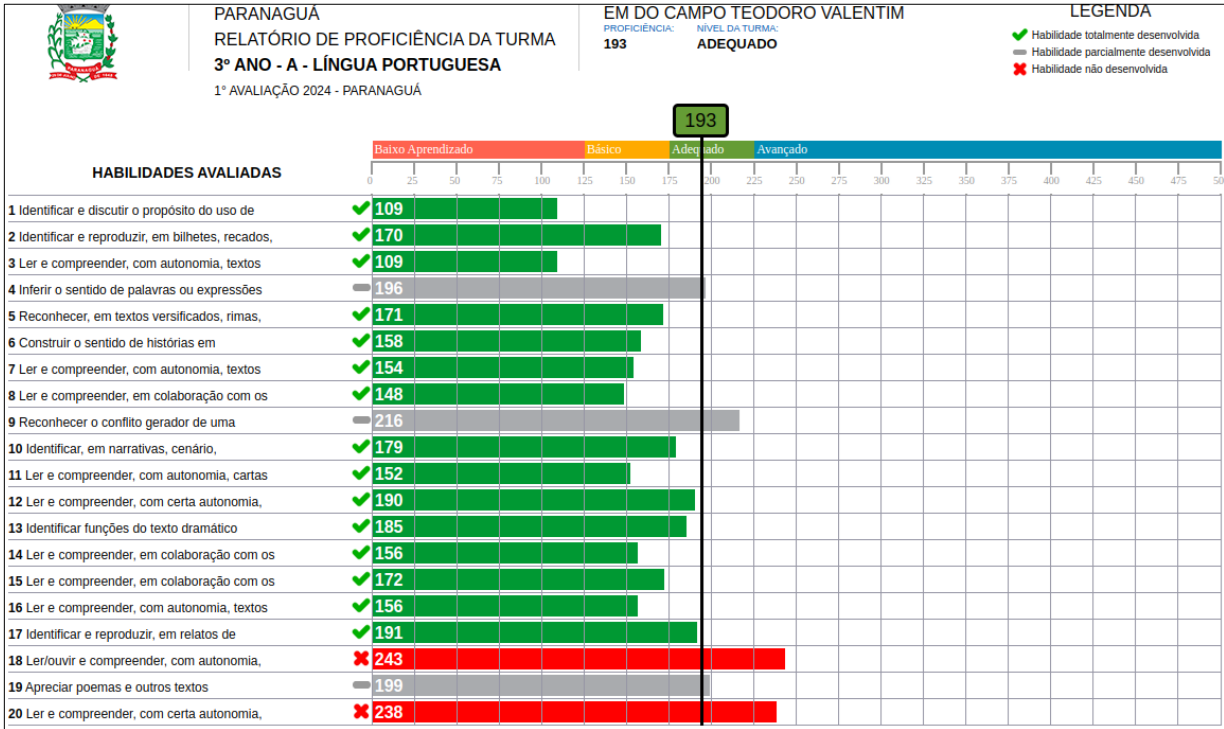
de escolarização e utilizam como referência o Currículo da Rede Estadual e o Referencial Curricular do Paraná.



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO

“TEODORO VALENTIM”

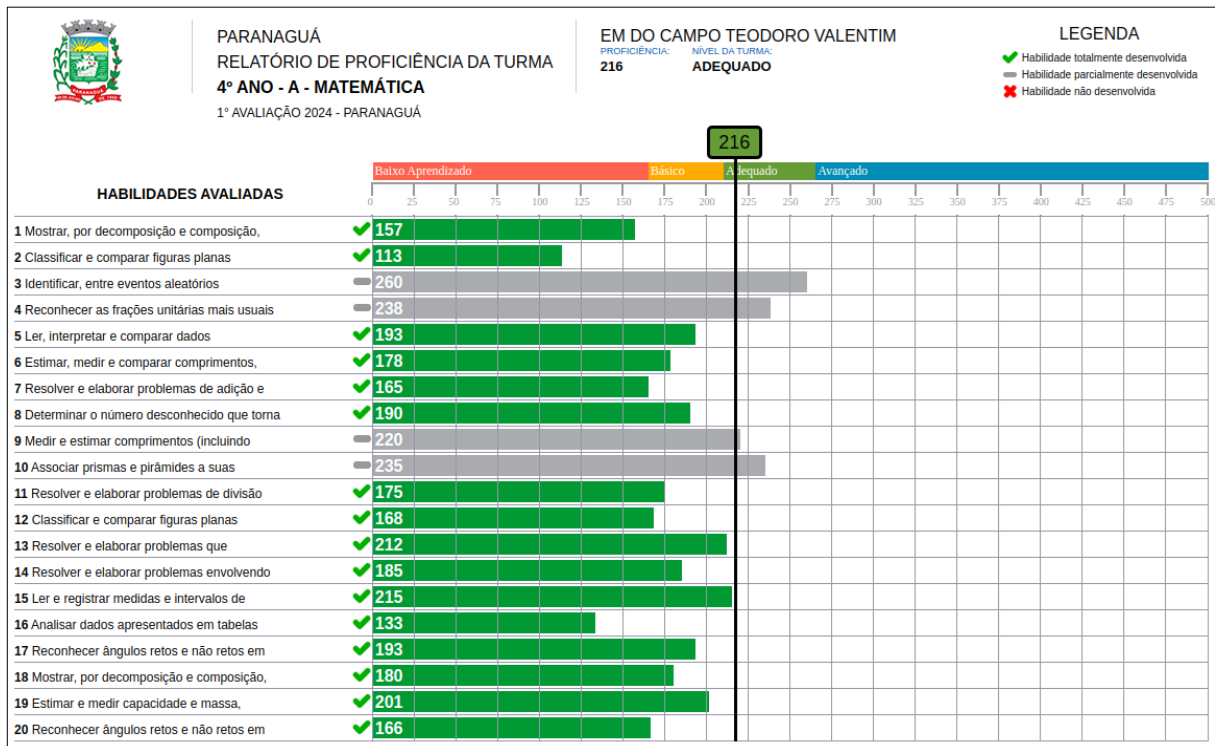
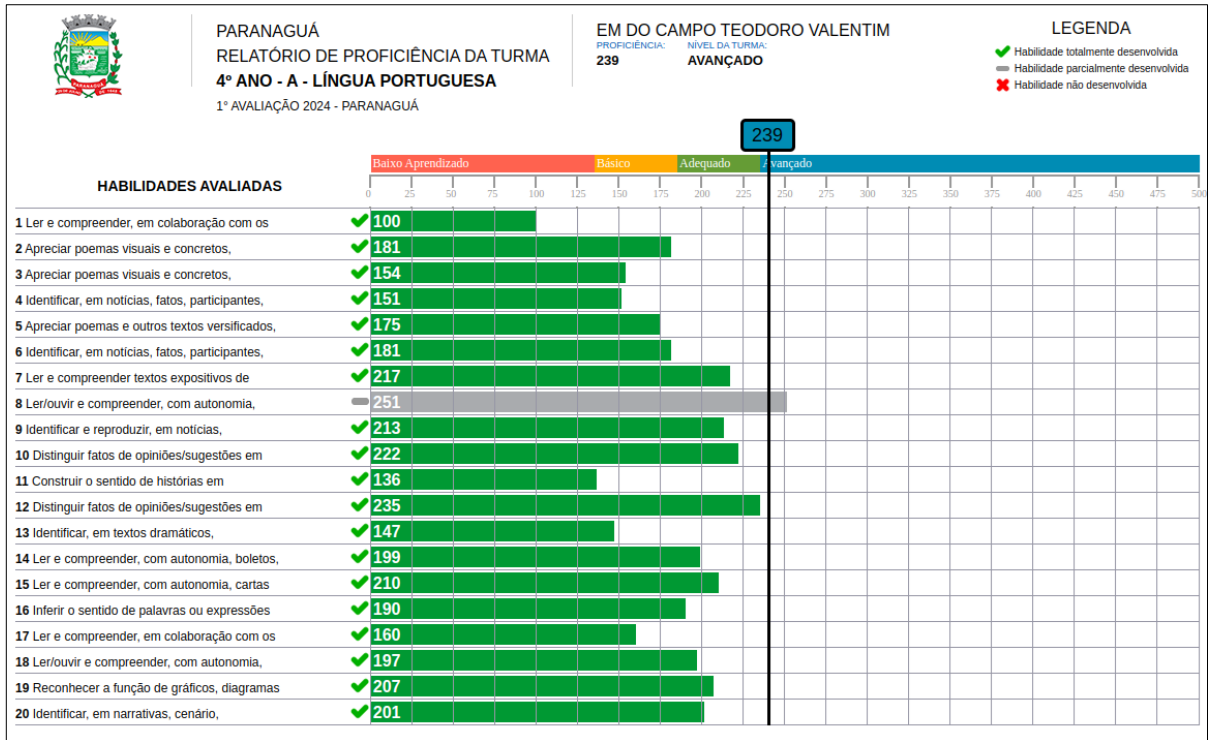
ILHA DO MEL- ENCANTADAS



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO

“TEODORO VALENTIM”

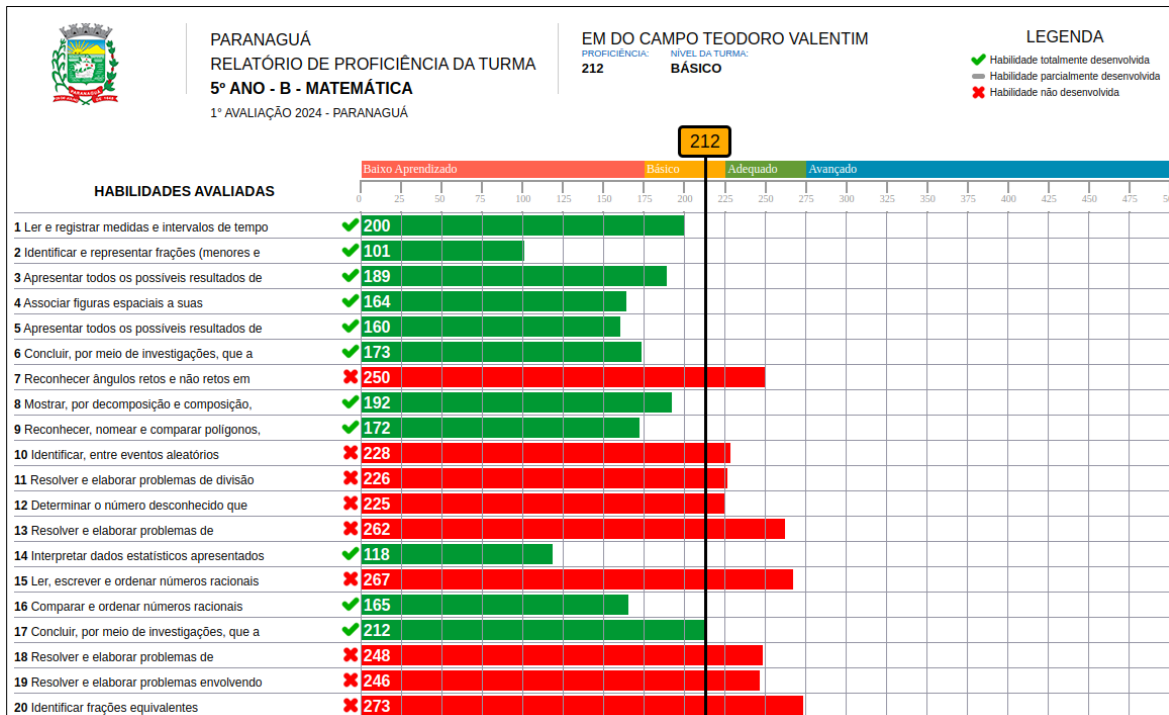
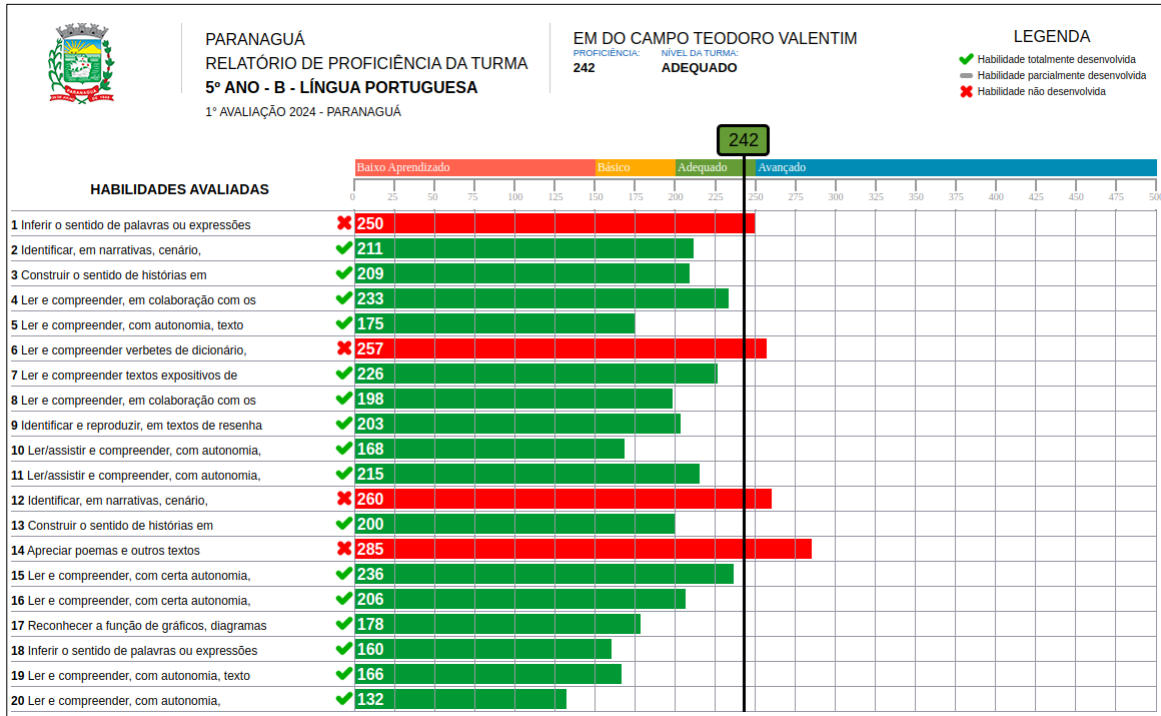
ILHA DO MEL- ENCANTADAS



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO

“TEODORO VALENTIM”

ILHA DO MEL- ENCANTADAS





2.6.8 Organização e efetivação dos Conselhos de Classe, pré e pós conselhos

O Conselho de Classe será um espaço de geração de ideias, tomando uma dimensão política, pois são nesses momentos que os problemas são levantados e os caminhos para a superação das dificuldades devem ser traçados. Estas reuniões serão um caminho para uma postura mais reflexiva da prática pedagógica, superando uma prática repetida a anos, substituída por outra capaz de provocar mudança nas relações no interior da escola, para ter significado esta deve ser uma construção coletiva.

É necessário que superemos a passividade que atinge a maioria dos profissionais da escola, para isso é fundamental que os profissionais percebam a si e a seus alunos como agentes de transformação da realidade, que conheçam as leis que regem a organização do seu trabalho para com elas interagir e propor mudanças. Nessa perspectiva de coletividade o Conselho de Classe é uma instância de possibilidades transformadoras, pois esse é um dos espaços de reflexão coletiva com o mesmo objetivo.

Muitas vezes não se percebe a dimensão política das ações pedagógicas, e o quanto o Conselho de Classe é fundamental nesse processo. É necessário discutir mais sobre o significado do Conselho de Classe questionando o que está posto e sugerindo mudanças. O Conselho de Classe pode ser ainda um espaço educativo, pelo fato da escola ser a instituição social que, por sua natureza e especificidade, trabalha diretamente com o conhecimento e com o ser humano, que deve se dar o constante o processo de discussão e reelaboração de suas ações, para não só acompanhar os processos evolutivos da sociedade, mas para propor as mudanças necessárias.

Na instituição ocorre trimestralmente, inicia-se com o Pré Conselho que objetiva o levantamento de dados do processo de ensino para análise comparativa do desempenho dos estudantes, das observações, dos encaminhamentos didático-metodológicos realizados e outros, de forma a dar agilidade ao Conselho de Classe. É um espaço de diagnóstico. Segue com o Conselho de Classe momento em que todos os envolvidos no processo se posicionam frente ao diagnóstico e definem em conjunto as proposições que favoreçam a aprendizagem dos alunos. Finaliza o processo trimestral com o Pós Conselho que é um momento em que as ações previstas no Conselho de Classe são efetivadas. As discussões e tomadas de decisões devem estar respaldadas em critérios qualitativos como: os avanços obtidos pelo estudante na aprendizagem, o trabalho realizado pelo professor para que o estudante melhore a aprendizagem, a metodologia de trabalho utilizada pelo professor, o desempenho do aluno em todas as disciplinas, o



acompanhamento do aluno no ano seguinte, as situações de inclusão, as questões estruturais, os critérios e instrumentos de avaliação utilizados pelos docentes e outros.

Cabe à equipe pedagógica a organização, articulação e acompanhamento de todo o processo do Conselho de Classe, bem como a mediação das discussões que deverão favorecer o desenvolvimento das práticas pedagógicas

2.7 CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

2.7.1 Fundamentação Teórica

A Deliberação Nº 02/09 – COMED, em seus Artigos 2º e 3º, dispõe para o Sistema Municipal de Ensino:

Art. 4.º Considera-se efetivo trabalho escolar a ação organizada, racional, planejada e histórica, que busca sua eficácia no desenvolvimento do educando estruturada a partir do projeto político pedagógico do estabelecimento e inserida no seu planejamento anual.

Art. 5.º Pode o estabelecimento considerar, como dias de efetivo trabalho escolar, os dedicados ao trabalho docente organizado, também, em função do seu aperfeiçoamento, conquanto não ultrapassem cinco por cento (5%) do total de dias letivos estabelecidos em lei, ou seja, dez (10) dias no decorrer do ano letivo.

Art. 6.º O calendário escolar deverá garantir no mínimo 800 (oitocentas) horas de aula, distribuídos por um mínimo de 200 (duzentos) dias letivos de efetivo trabalho escolar por ano.

As Formações Continuadas estão inseridas no Calendário Escolar do corrente ano, respeitando os dias letivos e as horas, não permitindo assim nenhum impacto negativo aos alunos.

É necessário que o docente esteja em constante processo de formação, buscando sempre se qualificar, pois com uma formação continuada ele poderá melhorar sua prática docente e seu conhecimento profissional, levando em consideração a sua trajetória pessoal, pois a trajetória profissional do educador só terá sentido se relacionada a sua vida pessoal, individual e na interação com o coletivo.

Ele deve formar-se com a capacidade de refletir sobre sua prática educacional, sobre sua docência, já que, é através do processo reflexo que irá se tornar um profissional capaz de construir sua identidade profissional docente. Dessa forma, ele será capaz de se adaptar as



diversas e rápidas mudanças no campo educacional, enfrentando assim as dificuldades encontradas a realidade da sala de aula.

A prática e o ato de reflexão dessa prática exercida no espaço da sala de aula contribuem para o surgimento de uma re-significação do conceito de professor, de aluno, de aula e de aprendizagem.

O professor deve assumir o papel de facilitador e mediador do conhecimento, um participante ativo da aprendizagem dos alunos, proporcionando uma aprendizagem em que o aluno seja sujeito do processo de ensino- aprendizagem. Dessa forma, podemos perceber a importância do professor na sua própria formação e na formação dos educandos. Agindo como mediador, o docente está dando a oportunidade aos alunos a terem autonomia na construção do seu próprio conhecimento como forma de compreender a realidade social em que vivem.

É preciso que o professor tenha consciência do seu papel social para que possa ajudar o aluno a compreender a sociedade em que está inserido e a complexidade do conhecimento que se pretende adquirir, tendo como meta principal uma aprendizagem voltada para resolver os problemas que a vida nesta sociedade irá apresentá-lo, dando uma visão crítico-reflexiva das coisas que se apresentarão ao longo da vida. Com isso ele terá a possibilidade de compreender e interpretar os problemas que emergem no cotidiano.

Deve fazer do seu trabalho em sala um espaço de transformação não produzindo apenas, mas produzindo conhecimento através de uma reflexão crítica. Com isso, estará se beneficiando com os resultados obtidos para solucionar seus problemas e alcançar seus objetivos. A ideia do professor reflexivo proporciona uma ação educativa, cujo objetivo é romper com as visões simplistas de tratar o conhecimento, transformando-os e atos críticos. A prática educativa é percebida como um traço cultural compartilhado que estabelece uma relação com outros âmbitos da sociedade.

É através de um processo formativo capaz de mobilizar os saberes da teoria da educação que os docentes compreenderão e desenvolverão as competências e habilidades necessárias para a investigação da sua própria atividade.

2.7.2 Formação continuada presencial ofertada pela mantenedora

A mantenedora oferece a rede municipal formação pelo Sefe- "Sistema Família e Escola" é um sistema de ensino, ao estabelecer parceria para atuar junto a uma rede pública de ensino, deve estar disponível para debater questões pertinentes às ações pedagógicas e agir em



conjunto, visando à melhoria dos processos e dos resultados que devem ser conquistados com os estudantes. As formações acontecem durante o ano, em datas já pré definidas no calendário escolar, de forma que não prejudique a carga horária de estudo dos alunos.

As formações acontecem tanto na escola quanto em outros espaços disponibilizados para as reuniões.

2.7.3 Formação continuada na instituição

Conforme a Instrução da Hora atividade nº 01/2018 disponível no link:

<https://www.paranagua.pr.gov.br/semedi/downloads/N01HORAATIVIDADE.pdf>

Art. 1º A jornada de trabalho do profissional do magistério é constituída de atividades de docência ou de suporte e atividades pedagógicas inerentes ao exercício do cargo e função (hora/atividade). § 1º As atividades pedagógicas inerentes ao exercício do cargo e função, nos termos da Resolução CP/CNE nº 2/2015, destinam-se: I - preparação de aula, estudos, pesquisa e demais atividades formativas; II - participação na elaboração e efetivação do projeto político-pedagógico da instituição de ensino; III - orientação e acompanhamento de estudantes; IV - avaliação de estudantes, de trabalhos e atividades pedagógicas; V - reuniões com pais, conselhos ou colegiados escolares; VI - participação em reuniões e grupos de estudo e/ou de trabalho, de coordenação PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL pedagógica e gestão da escola; VII - atividades de desenvolvimento profissional; VIII - participar dos cursos de Formação Continuada;

2.7.4 Formação continuada em espaços pedagógicos externos à instituição

A formação continuada fora da escola consiste em um processo de aprendizagem para adquirir novos conhecimentos sobre a prática docente e aperfeiçoar o que já se sabe. É caracterizada pela continuidade da formação educativa, que possibilita o crescimento profissional por meio do desenvolvimento de habilidades e competências, onde universidades e organizações



promovem formação, tais como: UFPR, IFPR, SESC, SEFE, entre outros.

2.7.5 Formação continuada em plataformas virtuais, institucionais e externas

As plataformas de ensino a distância são uma das formas mais populares de plataformas educacionais. Elas possibilitam que os professores tenham acesso a cursos, palestras e materiais de estudo de instituições, sem a necessidade de presença física em uma sala de aula, de grande importância para a especialização de profissionais em locais de difícil acesso.

3 MATRIZ CURRICULAR

Este elemento condutor da instituição para organização pedagógica a partir da definição dos componentes curriculares estabelecidos pela instituição, a luz dos artigos 26, 27, 28 da LDBEN.

Ensino Fundamental

SEMEDI		MUNICÍPIO: Paranaguá			
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: Escola Municipal					
ENDEREÇO: Rua:					
FONE:					
ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Paranaguá					
CURSO (4035): Anos Iniciais do Ensino Fundamental					
TURNO: Diurno e Vespertino		C.H. TOTAL DO CURSO: 800h		DIAS LETIVOS ANUAIS: 200	
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 1991		FORMA: Simultânea			
ORGANIZAÇÃO:					
Componentes curriculares (Disciplinas)	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
ARTE ₂	20 h	20h	20h	20h	20h
CIÊNCIAS					
EDUCAÇÃO FÍSICA					
GEOGRAFIA					
HISTÓRIA					
LÍNGUA INGLESA ₃					
LÍNGUA PORTUGUESA					
MATEMÁTICA					
Total de horas relógio semanais	20 horas relógio				

4 PROPOSTA CURRICULAR

Currículo educação Infantil

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO
"TEODORO VALENTIM"

ILHA DO MEL- ENCANTADAS



<https://www.paranagua.pr.gov.br/semi/downloads/0%20CADERNO%20EDUC.%20INFANTIL.pdf>

Currículo Ensino Fundamental

<https://semi.paranagua.pr.gov.br/imgbank2/file/0%20CADERNO%20ENS.%20FUNDAMENTAL.pdf>

Currículo da Educação Especial

<https://www.paranagua.pr.gov.br/semi/downloads/0%20%20CADERNO%20EDUC.%20ESPECIAL.pdf>



REFERÊNCIAS

ARIÉS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 05 out. 1988.

____. LEI Nº 8069. Edição Comemorativa 2010: Estatuto da Criança e do Adolescente e Legislação Complementar para a Proteção Integral de Crianças e Adolescentes / Coordenação. Curitiba: Secretaria do Estado da Criança e da Juventude, 2010.

____. LEI Nº 9394. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 20 dez. 1996.

____. Ministério da Educação. Diário Oficial da União, Resolução Nº 5. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p.18

Conselho Nacional de Educação. [Parecer CNE/CEB nº 6/2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15074&Itemid=866). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15074&Itemid=866. Acesso no dia: 28 de jun. de 2010.

COMPARATO, F.K. A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos. In: _____ . Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, art.13. São Paulo: Saraiva, 2004.

CURY, C.R. J. A evolução da legislação. In: Cadernos do Observatório. Especial Observatório da Educação 2000. Rio de Janeiro: Ibase, 2000.

DEMO, Pedro. Avaliação Qualitativa. São Paulo: Cortez, 1987.

Ensino fundamental de nove anos: orientações para inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: MEC, 2007.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei no 8.069/90, de 13 de julho de 1990. São Paulo: CBIA-SP, 1991.



FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997.

. Pedagogia do Oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

. A educação na cidade. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000(a).

. Política e educação. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000(b).

. Pedagogia da Esperança : um reencontro com a Pedagogia do Oprimido, São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOFFMAM, J. Avaliar para promover: As setas do caminho– Porto Alegre –Mediação, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. Coleção Magistério. 2º grau. Série formação do professor. São Paulo: Cortez, 1994

PARANÁ. Currículo Municipal de Parangará: Caderno de Educação Infantil. 2022

PARANÁ. Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações. 2018.

[Parecer CNE/CEB nº 4/2008, aprovado em 20 de fevereiro de 2008- Orientação sobre os três anos iniciais do Ensino Fundamental de nove anos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12743&Itemid=866. Acesso no dia: 28 de jun. de 2010](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12743&Itemid=866)

PISTRAK. Fundamentos da Escola do Trabalho. São Paulo: Brasiliense, 1981

PITOMBEIRA, D. Adolescentes em processo de exclusão social: uma reflexão sobre a construção de seus projetos de vida. 2005. 285 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.



Pró Letramento: Programa de formação continuada de professores dos anos/séries iniciais do ensino fundamental: alfabetização e linguagem. Brasília: MEC, 2008.

TOMASEVSKI, K. Los Derechos Económicos, Sociales y Culturales: el derecho a la educación. ONU: Consejo Económico y Social, 2004.

SAVIANI, D. Escola e Democracia. 30ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

SCHMITZ, Egídio F. Fundamentos da didática. 7 ed. São Leopoldo : Unisinos, 1993.

SOARES, M. B. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte, Autêntica, 1998.

_____SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros** / Magda Soares. 2. ed. 8. reimpr. _____ Belo Horizonte: Autêntica 2004

VEIGA, Ilma Passos A. Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção coletiva. in Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.

YGOTSKY, L.S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1995

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO
 "TEODORO VALENTIM"

ILHA DO MEL- ENCANTADAS



ANEXOS

I. Instrumento de Avaliação Institucional

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL			
1. Quem é o responsável pelas informações deste questionário? (A) Pai (B) Mãe (C) Os dois (pai e mãe) (D) Outro responsável _____			
2. Leia as frases abaixo e responda se concorda ou não com as afirmações.	S I M	N Ã O	OBSERVAÇÃO
Eu recebo informações da escola sobre o progresso do meu filho.			
Eu sei o que os professores querem do meu filho.			
Meu filho está seguro na escola.			
Os professores da escola têm respeito pelos alunos.			
A escola é um ótimo ambiente de estudo para os alunos.			
A escola do meu filho sabe preparar as crianças para o futuro.			
A escola me dá informações claras sobre o que ensina ao meu filho.			
Eu entendo o que os deveres de casa de meu filho pedem.			
A escola é valorizada pela comunidade.			
Eu ajudo meu filho a estudar em casa.			
A escola faz reuniões com os pais para informar sobre os filhos			
Eu considero que os professores são muito capazes.			
O meu filho está bem na escola.			
O meu filho comporta-se bem na escola.			
Eu gostaria que meu filho estudasse em outra escola.			
Meu filho se sente seguro na escola.			
Quando há algum problema, sou rapidamente chamado à escola.			
Eu sou informado sobre o planejamento da escola.			
A escola dá importância para a opinião dos pais.			
A escola se importa quando meu filho falta.			
Meu filho gosta da escola.			
Meu filho gosta dos professores.			

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO
"TEODORO VALENTIM"

ILHA DO MEL- ENCANTADAS



Faça uma avaliação da escola de seu filho e dê uma nota de 0 a 10 para cada item, sendo a nota 0 uma avaliação muito negativa, e a nota 10 uma avaliação muito positiva.	Notas (Marque apenas uma nota para cada item)										
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Capacidade dos Professores.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Disciplina dos alunos.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Interesse do seu filho pelos estudos.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Conhecimento que a escola tem dos problemas de ensino.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Qualidade dos Profissionais que atendem aos alunos	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Instalações físicas da escola	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Segurança da escola.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Observações:



II. Instrumento da pesquisa realizada para caracterização da comunidade escolar

PERFIL SOCIOECONÔMICO

Escola Municipal do Campo _____

Aluno _____ ano (série) _____

Nº do telefone do responsável (41) _____

Renda Familiar Mensal:

Sem Renda ()
Até 1 salário mínimo ()
1 a 3 salário mínimo ()
3 a 5 salário mínimo ()
Mais de 5 salários mínimo ()
Optou por não informar ()
Tipo de moradia:
Casa ()
Apartamento ()
Cômodo ()
Coletiva ()
Optou por não informar ()
Forma de ocupação de Moradia:
Própria ()
Alugada ()
Cedida ()
Pensionato ()
Casa lar ou abrigo ()



Outro ()
Optou por não informar ()
Tipo de Construção:
Alvenaria ()
Madeira()
Mista ()
Outra ()

Serviço que moradia tem acesso:()Água encanada()Energia Elétrica
() Esgoto() Coleta de lixo.

Itens existente na moradia:

() Banheiro ()Radio () TV () Rádio ()Geladeira () Computador () Celular Smart ()Tablet
()Freezer ()Máquina de lavar () Bicicleta () Motocicleta () Automóvel.

Tipo de conexão com a internet:


()Não possui ()ADSL ()Cabo ()Via Rádio ()Via Satélite ()Fibra
()Móvel 3G()M 4G M 5G() Wifi público ou compartilhado.

Com quem o aluno reside: () pai () mãe () irmãos () avós () tios () tutor legal () conjuge.

Total de pessoas que residem com o aluno, incluindo o aluno_____.




III. Pareceres Descritivos



Prefeitura Municipal de Paranaguá
Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral

PARECER DESCRITIVO INDIVIDUAL
1º Trimestre

Nome: _____
Data de nascimento: ____/____/____
Turno: _____
Período: _____
Professor: _____





SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL


Assinatura do (a) professor (a): _____


Assinatura da equipe gestora da instituição: _____

Assinatura do (a) responsável: _____

 educacao@paranagua.pr.gov.br

 www.semedi.paranagua.pr.gov.br

 (41) 3420 2850

 João Guaberto, Paranaguá - PR, 83203-600

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO
"TEODORO VALENTIM"

ILHA DO MEL- ENCANTADAS



IV. Plano de Atendimento Educacional Especializado

A escola não possui essa modalidade de ensino.



V. Plano de Formação Continuada (link site SEMEDI)

ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO

Nome do profissional responsável pela formação: _____

Colaboradores: _____

Introdução:

Apresentar o problema e formular as justificativas científicas, técnicas e o benefícios que podem ser alcançados com os resultados da formação continuada.

Objetivos:

Objetivo Geral:

Aponta de forma ampla e direta o resultado que a instituição pretende realizar em seu programa de formação.

Objetivos Específicos:

Indicam as ações que se realizarão para atingir os resultados nas etapas de trabalho desenvolvido, ou seja, os passos que serão percorridos para se chegar aos resultados propostos.

Fundamentação Teórica:

O texto deve ser elaborado sobre uma visão geral do problema com base em autores consultados dando sustentação ao trabalho, por isso é indispensável registrar as fontes consultadas no texto.

Metodologia:

Colaborar para a compreensão e melhoria do processo ensino-aprendizagem

Desenvolver atividades que possibilitem a integração entre as disciplinas por área do conhecimento.

A formação continuada deverá acontecer no próprio local de trabalho.

Avaliação:

A avaliação tem a função de sustentar e orientar as intervenções pedagógicas, auxiliando os professores o repensar sobre sua prática. Acontecerá sistematicamente por meio da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelos alunos, considerando as ações propostas para o semestre.

Observação: A formação deverá ocorrer de acordo com a realidade de cada instituição e preferencialmente durante a Hora Atividade.



VI. Plano de Ação

Objetivo (O que queremos alcançar? Lembre-se que estão são as Frentes de Atuação)	Meta/prazo (Qual resultado queremos atingir e em Quanto tempo?)	Ação (O que devemos fazer para chegar onde projetamos?)	Detalhamento das ações (Como faremos as ações propostas?)	Responsável (Quem ficará à frente da ação?)
Redução dos índices de reprovação dos estudantes	Verificar ao final de cada trimestre a situação de cada aluno	A partir da verificação do rendimento dos estudantes, proporcionar ações para melhorar o rendimento	Conversa com os pais com o intuito de incentivar e auxiliar o estudante nas atividades de casa; Proporcionar o programa Se Liga ao final de cada trimestre aos estudantes que necessitarem	Professores Equipe pedagógica e Equipe docente
Melhoria da aprendizagem dos estudantes	Através do acompanhamento semanal dos conteúdos e atividades desenvolvidos pelos professores aos estudantes	Através do acompanhamento da hora atividade e das aulas	Realizar um acompanhamento desde a elaboração da aula, sugerindo alterações quando necessárias, acompanhamento da aula e dar o feedback ao professor, e sempre que necessário sugerir metodologias diferenciadas	Equipe pedagógica e Equipe docente
Redução dos índices de abandono	Acompanhamento diário do programa presente na escola	Intensificar as conversas com as famílias dos estudantes com risco de evasão/abandono Rede de proteção	Convocar os pais ou responsáveis pelo estudante com índices elevados de faltas, com registro na ficha individual do aluno Caso persistam as faltas, convocar novamente os pais ou responsáveis e fazer registro em ata Fazer a utilização dos aparelhos de proteção à criança e adolescente	Equipe pedagógica e Equipe docente



VII. Plano de Ação para Educação das Relações Étnico Raciais (ERER)

METAS (O QUE FAZER?)	JUSTIFICATIVA (POR QUE FAZER?)	ESTRATÉGIAS (QUEM VAI FAZER?)	RESPONSÁVEIS (QUEM VAI FAZER?)	PERÍODO (QUANDO?)	RECURSOS MATERIAIS (COM O QUE FAZER?)
Aprofundamento da reflexão sobre os caminhos de promoção de igualdade na escola.	Desenvolver uma metodologia de promoção de igualdade, que envolva a comunidade escolar e favoreça a transformação do currículo e das práticas escolares.	Realizar um grupo de diálogos.	Professor Alunos, Pais e responsáveis.	2024	
Construção do Plano	Desenvolver uma metodologia de promoção de igualdade, que envolva a comunidade escolar e favoreça a transformação do currículo e das práticas escolares.	Construção do mapa (levantamento dos recursos, experiências e possibilidades na escola).	Professor Alunos, Pais e responsáveis.	2024	Vídeos, Imagens, pesquisas .
Implementação	Desenvolver uma metodologia de promoção de igualdade, que envolva a comunidade escolar e favoreça a transformação do currículo e das práticas escolares.	Desenvolvimento do plano	Professor Alunos, Pais e responsáveis.	2024	Vídeos, Imagens, pesquisas .

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO
"TEODORO VALENTIM"

ILHA DO MEL- ENCANTADAS



Avaliação	Desenvolver uma metodologia de promoção de igualdade, que envolva a comunidade escolar e favoreça a transformação do currículo e das práticas escolares.	Avaliação de impacto.	Professor Alunos, Pais e responsáveis.	2024	
-----------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------	----------------------------------------	------	--



VIII. Plano de Atendimento Emergencial – PAE

O PAE – Plano de Abandono Escolar é realizado através de treinamentos que são realizados em conjunto com os brigadistas de cada escola. Trata-se de uma parceria da Secretaria de Educação com a Secretaria de Segurança, através da Academia de Formação de GCM. O treinamento está sendo realizado em todas as instituições de ensino do município de Paranaguá e engloba desde o início do combate do sinistro pela Brigada Escolar e acionamento das equipes de emergência, como Corpo de Bombeiros e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), até a contagem dos alunos no ponto de encontro, na área externa do prédio.

O curso de brigadistas conta inicialmente com a parte teórica e segue para a parte prática com uma simulação. Os funcionários então ficam preparados para uma situação emergencial com o objetivo de garantir uma ação eficiente e segura para atender aos alunos.

Os brigadistas têm como atribuições, inspeções dos equipamentos de combate a incêndio, organizar as possíveis rotas de fuga, para que numa situação de emergência, princípio de incêndio, vazamento de gás, até a possibilidade de um ataque no animal peçonhento, como abelhas, a possibilidade que eles saiam desse prédio com conhecimento. Então, é importante que a equipe da escola da brigada escolar, que são os professores, os agentes operacionais, que já fizeram o curso, saibam como atuar.

Ainda este ano estão sendo realizadas simulações em todas instituições de ensino, de acordo com o Plano de Atendimento a Emergência (PAE). A aplicação do PAE envolve as crianças, professores e demais servidores.

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO
"TEODORO VALENTIM"

ILHA DO MEL- ENCANTADAS



IX – Calendário Escolar

CALENDÁRIO ESCOLAR

2024

EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

JANEIRO							FEVEREIRO							MARÇO						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6					1	2	3						1	2
7	8	9	10	11	12	13	4	5	6	7	8	9	10	3	4	5	6	7	8	9
14	15	16	17	18	19	20	11	12	13	14	15	16	17	10	11	12	13	14	15	16
21	22	23	24	25	26	27	18	19	20	21	22	23	24	17	18	19	20	21	22	23
28	29	30	31				25	26	27	28	29			24	25	26	27	28	29	30
													31							

DIAS LETIVOS		0	DIAS LETIVOS		13	DIAS LETIVOS		20
Férias		30	Carga Horária		52	Carga Horária		80
Recesso		0	Recesso		3	Recesso		0
Feriado		1	Feriado		0	Feriado		2

ABRIL							MAIO							JUNHO						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6				1	2	3	4							1
7	8	9	10	11	12	13	5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8
14	15	16	17	18	19	20	12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15
21	22	23	24	25	26	27	19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22
28	29	30					26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29
													30							

DIAS LETIVOS		22	DIAS LETIVOS		19	DIAS LETIVOS		20
Carga Horária		88	Carga Horária		76	Carga Horária		80
Recesso		0	Recesso		1	Recesso		0
Feriado		1	Feriado		2	Feriado		0

JULHO							AGOSTO							SETEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6				1	2	3							7	
7	8	9	10	11	13	13	4	5	6	7	8	9	10	8	9	10	11	12	13	14
14	15	16	17	18	19	20	11	12	13	14	15	16	17	15	16	17	18	19	20	21
21	22	23	24	25	26	27	18	19	20	21	22	23	24	22	23	24	25	26	27	28
28	29	30	31	*SEFE			25	26	27	28	29	30	31	29	30	31				

DIAS LETIVOS		12	DIAS LETIVOS		21	DIAS LETIVOS		21
Carga Horária		48	Carga Horária		84	Carga Horária		84
Recesso		10	Recesso		0	Recesso		0
Feriado		1	Feriado		0	Feriado		1

OUTUBRO							NOVEMBRO							DEZEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4					1	2							7	
6	7	8	9	10	11	12	3	4	5	6	7	8	9	8	9	10	11	12	13	14
13	14	15	16	17	18	19	10	11	12	13	14	15	16	15	16	17	18	19	20	21
20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	20	21	22	23	22	23	24	25	26	27	28
27	28	29	30	31			24	25	26	27	28	29	30	29	30	31				

DIAS LETIVOS		21	DIAS LETIVOS		20	DIAS LETIVOS		12
Carga Horária		84	Carga Horária		80	Carga Horária		48
Recesso		1	Recesso		0	Recesso		9
Feriado		2	Feriado		2	Feriado		1

LEGENDA	
FERIAS	
INICIO/TÉRMINO DO TRIMESTRE	
FORMAÇÃO CONTINUADA	
PLANEJAMENTO	
REFORMULAÇÃO PPP	
PRÉ - CONSELHO	
CONSELHO DE CLASSE	
PÓS - CONSELHO	
ENTREGA BOLETIM / FECHAMENTO DO ANO LETIVO	
RECESSO ESCOLAR	

MÊS	FERIADOS
JAN	01 CONFRATERNIZAÇÃO UNIVERSAL
MAR	29 PADRÃO DE CRISTO
MAR	31 PÁSCOA
ABR	21 TRADENTES
MAI	01 DIA DO TRABALHO
MAI	30 CORPUS CHRISTI
JUL	29 ANIVERSÁRIO DE PARANAGUÁ
SET	07 INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
SET	07 NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
OUT	12 NOSSA SENHORA APARECIDA
NOV	02 FINADOS
NOV	15 PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA
DEZ	25 NATAL

Dias Letivos	201
Atividades Docentes	12
Carga Horária	804
Total de Férias	30
Total de Recesso	24

Periodicidade	
1º Trimestre - 08/02 a 17/05 - 68 dias	
2º Trimestre - 20/05 a 30/08 - 61 dias	
3º Trimestre - 02/09 a 18/12 - 74 dias	

Tenile Cibele do Rocio Xavier
Tenile Cibele do Rocio Xavier
Secretária de Educação

Paula da Silva Inacio Pereira
Paula da Silva Inacio Pereira
Superintendente de Planejamento Educacional

Ronaldo Cardoso Alboite
Ronaldo Cardoso Alboite
Diretor do Departamento do Ensino Fundamental

Tatiana Passos
Tatiana Passos
Diretora do Departamento de Educação Infantil

Calendário Aprovado pelo COMED PQA - Deliberação nº 04/2023
Paranaguá, 22 de novembro de 2023.